



PUC
RIO

PIBIC 05/06

Nome do Departamento:Teologia

Nome do Aluno:Marcelo Batista Andrade Lima

Nome da Orientadora:Maria Clara Lucchetti Bingemer

Título do Projeto:A concepção de Deus no diálogo entre as Religiões
do Livro:o Deus da Paz é o Deus da Justiça

INTRODUÇÃO

A realidade gritante do cenário mundial apresenta claramente as faces de um contexto que agride o universo humano em muitos aspectos e isto são conseqüências, tantas vezes, resultantes de uma falta de harmonia herdada de problemas históricos, sociais, culturais, religiosos, não solucionados ou mal resolvidos no passado e que assim continuam deixando suas marcas no momento vigente da história humana. Por diversas vezes um resultado, fator ou conseqüência de uma dada situação termina conduzindo à outra e daí se forma uma rede de intolerâncias, injustiças e violências de variados tipos.

Esta percepção ou constatação dita acima, não deseja induzir a um pensamento por demais desolador, pessimista, como se fosse um caminho sem retorno ou sem direção para a transformação, até porque existem também muitas atitudes que se colocam numa posição inversa buscando amenizar ou contornar situações para gerar uma cultura diferente, isto é, de vida. Mas trata-se de uma visão perceptível ou muito clara dessa determinada realidade que avança pelo mundo, causando desconfortos, desconcertando a vida humana e que, por essa razão, requer e exige surgimento de ações construtoras de relacionamentos, simplesmente, ou mais verdadeiramente humanos.

O mundo acompanha e constata com perplexidade a naturalidade do descaso destinado à vida humana em muitos sentidos e circunstâncias relegando-a a um plano secundário em função de tantos outros interesses. E tudo isso advém ou se encontra impregnado nas dimensões da vida humana integrantes, dimensões estas que precisam ser atuantes no sentido de favorecer o ser humano constitutivamente na sua totalidade. Isto significa se referir à vida social em geral, ou seja, à cultura, política, economia, inclusive, ao âmbito religioso, ou seja, ao fenômeno religioso enquanto prática de uma religiosidade.

A via de análise de todo um estudo efetuado é, portanto, esta: partir de uma problemática e evidenciar as razões de incoerência existentes nos campos do viver humano que se inter-relacionam, sem desconhecer fatores subjacentes, porém, voltando-se assim para o universo religioso de forma mais aguçada, ponto central de toda pesquisa efetivada, para assim

destacar a luz ou a via necessária, de um caminho autêntico a ser retomado constantemente pelas Religiões, pelo ser humano.

O mundo sofre com uma onda de injustiças que geram violências de muitos tipos e provenientes de muitos fatores, de interesses diversos. Enquanto isso a agressão à pessoa humana insiste em permanecer, e o que é pior, de maneira que chega a uma naturalidade absurda, cegamente, desconsiderando ou passando por cima do que há de mais precioso e sagrado que é a *vida humana*. Como pode então a religião que trata do sagrado desconsiderar, por vezes, isso que é tão sagrado: a vida? Em contrapartida, convém mencionar que existem grupos humanos tentando fazer oposição a muitas mazelas que afligem a comunidade humana a fim de amenizar ou diminuir toda uma situação bastante calamitosa.

Diversas podem ser as conseqüências que acabam levando a uma certa situação complexa como, por exemplo, o próprio quadro social que se observa nos dias de hoje, que assim envolve o mundo, a sociedade, atingindo variados níveis do viver humano ou das relações humanas. As injustiças levam à violência em maior ou menor proporção conforme a circunstância. Ao contrário, a justiça social quando aplicada em prol do humano prioritariamente pode conduzir à paz tão buscada por seres humanos de boa vontade. E nisso se faz presente a reconciliação e o diálogo, que por sua vez, é um caminho ético, um percurso necessário, ou seja, no sentido estrito da palavra, que não pode deixar de acontecer.

Relações mais justas, mais respeitadas, em todos os âmbitos, são necessárias. É mais provável que seja esse o grande ponto de partida para reverter realidades desumanizadoras, que precisam ser enfraquecidas, mesmo quando tudo parece indicar que estas estão crescendo, como se tratasse de algo inacabável, continuando num patamar problemático, sem tréguas.

A dignidade humana não pode ser oprimida por outros aspectos que devem vir em auxílio da mesma. Tantas incompreensões, desentendimentos, equívocos, atitudes humanas errôneas permanentes erguem uma cultura de violência, de *injustiças*, de caminhos insolúveis. Só mesmo remando contra esta corrente cultural desumanizadora que torna-se possível a construção de uma *Cultura de Justiça*, de Paz, do Perdão, do Diálogo. O respeito à vida humana pode vir com o diálogo que é tão próprio do humano, sem ele vem a desumanização. Mas os caminhos de humanização têm que permear e partir dos ambientes mais variados, de líderes que atuam em diversos setores do convívio humano-social, pois, é uma responsabilidade coletiva, ética, – pela vida do mundo – gerar frutos de paz, de justiça, de solidariedade, de concórdia. E se é de relações humanas que surge uma realidade, em vários momentos,

desajustada, assim também através do empenho pessoal e coletivo pode acontecer a transformação dessa mesma realidade.

Olhando para tudo isso, toda uma problemática que o mundo vem vivenciando atualmente, de forma muito próxima ainda, em vários lugares, a pesquisa então realizada, mais uma vez, tem como constatação esta realidade, e como análise, para assim de modo mais específico, ver como se encontram as relações entre os líderes e adeptos das três grandes Religiões Monoteístas – *Judaísmo, Cristianismo e Islamismo* -, e como devem então se apresentar perante a realidade vigente, observando qual a função e responsabilidade destas Religiões no mundo, no caso, por meio da construção de uma realidade coerente com o que professam, ou dizer assim, com a *Concepção de Deus* que possuem ou trazem no centro de seus fundamentos. A tarefa é, sobretudo, investigar: que tipo de contribuição as *Religiões Monoteístas* vêm oferecendo ao mundo, à sociedade humana? Como deveriam colaborar conjuntamente e que embasamentos servem como alicerce para uma ação satisfatória e substancial no mundo atual? É o que as linhas posteriores de toda a pesquisa vão descrever. O certo é que se faz necessário uma ação urgente das tradições religiosas pela *Paz e Justiça* no mundo, favorecendo assim o surgimento de um diálogo inter-religioso mais fecundo, promissor e mais humano. As questões caminham juntas, tudo isso vem através do diálogo, instrumento necessário e capaz de levar a uma cultura mais justa e pacífica num mundo marcado pelo pluralismo religioso e que requer maior respeito às diferenças.

A responsabilidade das Religiões é muito maior diante da realidade exposta nos parágrafos anteriores. As tradições religiosas também tanto são afetadas por tal realidade como refletem no mundo suas incompreensões, atritos, conflitos não solucionados ao longo da história e até mesmo no contexto atual. Vale ressaltar, que por detrás do conflito religioso se tem, muitas vezes, a face de um conflito mais complexo. Independente de um motivo ou de outro cabe às Religiões serem as pioneiras na defesa da vida humana em todos os sentidos. Precisam dar uma palavra de vida e formar uma atitude concreta em favor da vida. Essa é a grande função tão importante e coerente das Religiões Monoteístas, se assim, de fato, realizam uma religiosidade voltada para o *Deus da Vida*. Isto porque o que vão realizar no mundo tem que estar em sintonia com os seus fundamentos que, conforme deixarão claro os capítulos desenvolvidos na pesquisa, revelam a *Concepção* de que o *Deus da Paz*, tal como diz os escritos sagrados, é o *Deus da Justiça*.

Da *Justiça vem a Paz*. Assim sendo, os caminhos tomados devem ser pautados nessa orientação. Viver em função de uma história de rancores, de incompreensões, na falta de diálogo, isto não revela Deus, não corresponde com Deus, não é de Deus, e a Religião se torna vã. Também extremismos de todos os lados, radicalismos, fanatismos, fundamentalismos, não são e nunca foram expressão de Deus. Deus convoca para a vida, para a humanização, para o diálogo em geral, portanto, também para o inter-religioso, que contribui para o fortalecimento da dignidade humana. Esse é o caminho que deve ser tomado pelas religiões no mundo, numa atitude profética pela vida e que se pauta num exercício educativo-progressivo e ético de compreensões. A violência e tantas injustiças partiram e, por vezes, ainda partem do meio religioso; isso não pode continuar acontecendo; é incoerência e a religião deixa de ser autêntica e verdadeira, do *Deus da Vida*.

Nesse sentido, a pesquisa tem como temática “*A Concepção de Deus no diálogo entre as Religiões do Livro: o Deus da Paz é o Deus da Justiça*”. Leva em consideração, evidentemente, conseqüências históricas, mas, sobretudo, destaca os fundamentos bíblicos e teológicos centrais de cada uma dessas grandes Religiões Monoteístas, de forma que trazem em comum a *Concepção*, por sua vez, de um *Deus da Paz* que é também o *Deus da Justiça*. A Paz vinculada e proveniente da Justiça, eis o compromisso ético-social e religioso que deve permear todo o mundo a começar pelo meio religioso. A pesquisa vem seguindo uma evolução e tem agora como salto qualitativo, parâmetro ou referência, o *viés da justiça*, em íntima relação com a questão da paz.

Este estudo está fundamentado com relevância em trechos bíblicos primordiais referentes aos monoteísmos analisados, condizentes assim à temática, e em obras teológicas que tratam sobre o assunto em relação a cada uma das três grandes *Religiões do Livro*. Grandes teólogos dão as suas contribuições no sentido de uma abertura de pensamento, mentalidade ou visão, olhando a realidade analisada e discorrendo sobre o posicionamento das tradições religiosas, tendo em vista sua História e embasamentos fundantes que assim possuem; tudo isso a partir de um olhar bastante atento, crítico e apurado. Hans Küng, teólogo suíço, em uma de suas obras referenciais dessa pesquisa, “*Proyecto de una ética mundial*”, delinea as seguintes palavras centrais desse seu livro: “*Imposible la convivência humana sin una ética planetária entre las naciones*”; *Imposible la paz entre las naciones sin una paz entre las religiones*; *Imposible la paz entre las religiones sin un diálogo de religiones.*”

A teóloga Maria Inês de Castro Millen no seu livro “*Os acordes de uma sinfonia: a Moral do Diálogo na teologia de Bernhard Häring*” disserta com relevância sobre o diálogo, apresentando-o como caminho de humanização e como percurso ético necessário. Além dessas, há outras obras de Faustino Teixeira, Maria Clara Lucchetti Bingemer, uma grande obra sobre o Islamismo intitulada “*O Credo é a sua conduta*”, documentos, artigos, textos, tudo isso como referências que contribuíram para a sistematização da pesquisa. Esta se norteou pelo intuito de analisar a problemática existente, a colaboração das Religiões para o diálogo entre si e com o mundo ou como devem se posicionar na realidade atual, buscando extrair a *Concepção de Deus da Paz e da Justiça* dos seus embasamentos.

O decurso do presente trabalho prossegue da seguinte forma: após estas linhas introdutórias, o *primeiro capítulo* que tem como título, “*A reflexão teológica basilar do Judaísmo e seus elementos históricos: um diálogo possível nos fundamentos da Justiça e da Paz*”, debruça um olhar específico sobre o *Judaísmo*, verificando alguns dos seus aspectos históricos, escritos sagrados e outros basilares, acerca da *Concepção de Deus* e a atitude hoje desse monoteísmo no mundo, o papel que tem para desenvolver. No *segundo capítulo* entra a perspectiva cristã sobre o diálogo, o relacionamento com as demais Religiões, com o mundo, o acento na *Concepção de Deus* nas raízes bíblicas e teológicas sobre a temática da *Paz e da Justiça*, sendo assim intitulado “*A análise da Teologia Cristã num diálogo em vista da Paz e da Justiça, na base fundante do Cristianismo e dados de sua história*”. O *capítulo* seguinte, o *terceiro*, trata do Islamismo, através de obras referenciais, analisando a inserção dessa tradição religiosa na conjuntura mundial, no universo religioso, considerando sua História e a originalidade dos seus fundamentos que denotam uma religiosidade que tem a Divindade como *Deus da Paz e da Justiça*. Este capítulo está assim definido com o tema: “*O horizonte teológico do Islamismo na originalidade de seus fundamentos centrais e a influência histórica: a possibilidade de um diálogo construtivo pela Paz e Justiça*”. Já o *quarto capítulo*, “*A construção conjunta de um percurso ético-necessário: um diálogo pela Paz e Justiça, por mais vida e humanização*”, vem mostrar que a construção de uma *Cultura da Vida e Humanização* depende dessa persistência e constância no cultivo de um caminho *ético-educativo*, tendo a educação para a Justiça e para a Paz como fundamentalmente necessária. Todo o conjunto da pesquisa está interligado, embora com capítulos específicos sobre as *Religiões do Livro*. A intenção é analisar a inter-relação destas entre si, no mundo e com o mundo. Por fim, vem as *considerações finais* como um comentário plausível sobre toda a temática abordada, destacando

luzes e sombras, e os passos a serem tomados para a conquista de um convívio social mais harmonioso, pacífico, justo, humano, dialógico, entre as Religiões e destas para a vida do mundo.

Assim sendo, toda contribuição, toda reflexão, hoje obtida nesse campo deve levar ao esclarecimento e à conscientização como contribuição para a família humana. Torna-se visível e deve-se enfatizar, com este ‘trocadilho de palavras’ que “*Não há caminho para a paz, a paz é o caminho*”, e vem para fecundar o Diálogo, sendo gerada e nunca desvinculada dos deveres da *Justiça*. Nesse caso, as Religiões não podem esquecer do seu protagonismo enquanto *dever*, na construção desse itinerário, colocando-se a serviço do bem.

A *Paz* é o anseio imprescindível presente no coração de cada pessoa, independentemente das suas identidades culturais específicas e religiosas. Todos os seres humanos pertencem a uma única e mesma família. A Paz, vinda assim do *fruto da Justiça*, apresenta então como um modo de bem relacionar, não como simples ausência de guerra, mas como convivência governada pela *Justiça*, na qual se realiza também, na medida do possível o bem de cada um e de toda a comunidade humana.

CAPÍTULO 1

A reflexão teológica basilar do Judaísmo e seus elementos históricos: um diálogo possível nos fundamentos da Justiça e da Paz

Desde os tempos mais remotos, conforme relata a história humana bastante vinculada a um modo de vida religioso, se constata que o ser humano, o Povo de Deus, passou pela experiência de estruturas opressoras que negavam-lhe a possibilidade de viver com justiça desfrutando de uma vivência de paz. Experiências estas que legitimavam uma situação de opressão e dava continuidade a uma convivência marcada por injustiças e violências.

O Judaísmo é o mais antigo de todos os monoteísmos. Esta tradição religiosa foi tendo que se firmar no passado por estágios diversos. Primeiramente a experiência religiosa de Israel se configura como monolatria, ou seja, a adoção de um Deus Único, considerando, no entanto, como divindades existentes, realmente, os deuses dos outros povos. Depois do exílio da Babilônia e da reforma de Esdras, se firmam as bases do monoteísmo judaico, o sionismo, a tudo, enfim, que foi decorrendo dessa fé monoteísta. Nesse processo evolutivo foi ocorrendo a formação desse primeiro monoteísmo.

As características da Religião Judaica vão ser certamente na sua história um tanto quanto excludentes, porém, mais no sentido de autoproteção da identidade do povo. A *Concepção do Judaísmo Monoteísta* é de que só esse Deus é Deus, e os demais deuses que os outros povos possam cultuar são ídolos ou divindades falsas. A tensão que pervade toda a Bíblia Judaica, portanto, é muito mais entre fé e idolatria do que entre fé e ateísmo. Um dos pilares do Judaísmo é o trecho de Dt 6, 4: “*Ouve, ó Israel: Iahweh nosso Deus é o Único Iahweh! Portanto, amarás a Iahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força.*” Tal é a importância desse trecho porque aqui se firma, de fato, o monoteísmo judaico.

Se de um lado as situações do povo que assim constituíram o Judaísmo, mostram a opressão que sofreram, ao mesmo tempo, conforme a experiência que fizeram, revelam o próprio *Deus-Justiça* e libertador que o acompanhara desde a gestação dessa religiosidade. Basta contemplar com bastante atenção o trecho do livro do Êxodo que trata da libertação do povo no Egito e depois foi conduzido pelo deserto rumo à Terra Prometida. Muitos salmistas

depois realizaram cantos de libertação sobre este evento do Êxodo. No trecho de Ex 13, 14, há o reconhecimento dessa proteção de Deus: “*Iahweh, tirou-nos do Egito, da escravidão, com mão forte*”. Há uma intimidade bastante forte do povo com Iahweh devido à íntima experiência então realizada.

É na própria formação do povo judeu, em sua concepção e em seu berço de nascença, como esta descrito na história judaica em sua única fonte narrativa – a Bíblia – que se forma, desde o início, uma relação única e permanente. O projeto do povo judeu se desenvolve a partir de uma aliança de um clã familiar com Deus, aliança que representa uma revolução no conceito de divindade. Um só Deus, universal e eterno, e não um panteão de deuses especializados nos fenômenos da natureza ou nas atividades e atitudes do homem. Um Deus que não se limita a “castigar” os pecados, ou a recompensar os méritos, um Deus que não se basta com adoração ou tributos, mas que dialoga e assume compromissos com o homem, dele exigindo comportamentos e fidelidade a princípios morais, e a ele promete um futuro na terra.¹

E é dessa relação de intimidade do povo com Iahweh que vai surgindo as prescrições necessárias para o agir comum do povo revelando o querer e a face desse Deus. E dentre muitas prescrições está este notável trecho de Êxodo 23, 1-3.6-9, que pauta princípios de justiça, para uma conduta mais justa e coerente com o *Deus-Justiça*, pois assim delineia os deveres necessários:

“Não espalharás notícias falsas, nem darás a mão ao ímpio para seres testemunha de injustiça. Não tomarás o partido da maioria para fazeres o mal, nem deporás, num processo, inclinando-te para a maioria, para torcer o direito, nem serás parcial com o desvalido no seu processo.

Não desviarás o direito do teu pobre em seu processo. Da falsa acusação te afastarás; não matarás o inocente e o justo, e não justificarás o culpado. Não aceitarás presentes, porque os presentes cegam até os perspicazes e pervertem as palavras dos justos.

Não oprimirás o estrangeiro: conheceis a vida de estrangeiro, porque fostes estrangeiros no Egito.”

¹ GEIGER, Paulo. *O povo judeu e o Judaísmo (art.)*. In.: *Devarim: Revista da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro. Duas visões contemporâneas do Judaísmo*. Ano 1, nº 1, fev. de 2006, p. 24.

São bastante claras as orientações prescritas, apontando que embora o povo tenha vivenciado certas manifestações de opressão, não deve o mesmo espalhar esta experiência perante outros. Em outras palavras não se trata de realizar também o mal mesmo perante os inimigos, mas responder com o bem, buscando soluções pacíficas. Apesar de tanta exortação, das orientações práticas, de caráter ético, o Judaísmo também é uma Religião que na sua constituição carrega suas ambigüidades históricas, contradições, no momento assim de corresponder com um Deus que nada mais quer que a justiça e o bem humano para todos. Isto porque o monoteísmo judaico no confronto com outras religiosidades e culturas nem sempre expressou sinais de compreensão e entendimento. Aí se vislumbra a fragilidade ou limitação humana, mas uma religiosidade não pode se desfigurar a tal ponto de esquecer a sua identidade, natureza, relação com a *Divindade* que é *Justiça*, defensora da Paz e se abre ao diálogo, devendo, por isso mesmo, tal Religião na sua manifestação prática realizar o mesmo com o próximo na fidelidade à sua fonte. Ora, seus fundamentos nascem dessa relação ou experiência do povo com o próprio Deus e não são apenas fontes de inspiração, mas convocações que devem conduzir a uma atitude prática por parte dos adeptos tornando possível e real a justiça e a paz entre as Religiões, sobretudo, com o Cristianismo e o Islamismo, e no contato com os povos e culturas de todo o mundo. Onde há a pessoa humana ali está a presença de Deus defendendo a vida e querendo que a mesma aconteça com toda a dignidade necessária.

Segundo o rabino Sérgio Margulies, a vitalidade judaica exige a mudança para que possa manter-se caminhando. A Torá é o grande pilar que abre espaço para um caminhar judaico contemporâneo. A lei religiosa judaica é denominada em hebraico por Halachá, que significa, caminhar, andar. Trata-se de mudar para manter o espírito da lei. Evitar-se-ia com este procedimento, posturas ambíguas que comprometem a integralidade de nossas posturas.²

Assim como as demais Religiões Monoteístas o Judaísmo tem que olhar para a sua identidade e ao ver o mundo presente dar uma resposta de vida, de diálogo. As dificuldades que assim passaram o povo judeu devem se traduzir como lições para a vida, senão se torna bastante contraditório uma resposta hoje para o mundo se então se manifesta com perseguições irracionais e atitudes violentas.

A vida para os que crêem é dom de Deus, é dom daquele que é o Mestre do relacionamento dialogal. Nesse caso, como primeiro passo, o que deve acontecer é a

disponibilidade para escutar. Escutar a Deus, escutar os outros, escutar a História, os acontecimentos presentes, o mundo criado. Esta escuta coloca as pessoas em estado de alerta para a distinção das próprias possibilidades e limitações e para o uso das oportunidades presentes que são oferecidas a cada um. O segundo passo é o da disposição para responder. Responder amorosa e respeitosamente a todos os interlocutores, responder até aos que se encontram em estado de necessidade, incapazes ao próprio diálogo.

1.1. A Concepção do Deus da Paz enquanto Deus da Justiça no cerne do monoteísmo judaico: alicerce para um fecundo diálogo

Na história do monoteísmo judaico tanto se pode constatar o mesmo sendo alvo de intolerância como também exercendo atos de intolerância; intolerância no nível religioso propriamente dito e isto em contextos históricos distintos. Ainda hoje também é possível verificar este fenômeno. Num mundo essencialmente marcado pelo pluralismo religioso fica impossível evitar o contato e nem se pode querer levar um grupo religioso a viver isoladamente, exclusivamente em função de si. Nesse ponto Hans Küng é bastante categórico e por isso afirma: “*Fundamentalmente, ninguna religión regresiva o represiva – ya sea cristiana, islámica, judía o de cualquier outro tipo – tiene futuro alguno a largo plazo.*”³ Esta atividade é uma contradição. Nesse caso, a intolerância descaracteriza a Religião, se encontra num patamar de busca de interesses, o que torna, a religiosidade, por assim dizer, falaciosa. O que vale para qualquer uma delas vale para o Judaísmo, isto é, Religião é comunhão com o Deus vivo ou com o *Deus da Vida*, por isso, a construção de um itinerário só pode ser responsivo-dialogal. A marca necessária que norteia essa busca é o da paz, uma paz que brota da justiça. A justiça deve ser considerada como raiz.

As Religiões voltando o olhar para os seus fundamentos bíblicos e teológicos podem tornar o diálogo mais fecundo e ajudar o mundo a diminuir os traços de violência, de injustiças, de incompreensões intermináveis, para que haja maior paz, justiça e cooperação. O projeto comum ético tem que estar pautado neste fio condutor do diálogo, da justiça para a paz. Isto porque o *Deus da Paz é o Deus da Justiça*. Basta ver como são inúmeros os fundamentos do

² MARGULIES, Sérgio. *S / cem por cento Kasher: o caminhar judaico (art.)*. In.: Devarim: Revista da Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro. Duas visões contemporâneas do Judaísmo. Ano 1, nº 1, fev. de 2006.

³ KÜNG, Hans. *Proyecto de una ética mundial*. Madrid, Editorial Trotta, 1990, p. 40.

Judaísmo a esse respeito. O conceito de um Deus da Paz e da Justiça se faz presente no conjunto dos textos sagrados da fé judaica. Com isso fica claro o vínculo de que a *paz* se realiza mediante a *justiça*.

De acordo com o historiador, teólogo e biblista Emanuel Bouzon, o substantivo *salom*, que se encontra 273 vezes no AT, é traduzido em vernáculo, geralmente, pelo termo “Paz”. E o seu significado evolui nos diversos livros sagrados. Por exemplo, na teologia da literatura profética, a paz só poderá existir se fundamentada no direito (*Mispat*), na Justiça (*Sedaqah*) e no Amor (*Hesed*). O *Mispat*, segundo o teólogo, indica as exigências e os preceitos de Deus propostos no *Mispatim* da Torá. Se o ser humano adequar a sua vida a essa vontade divina, ele criará um ambiente de justiça em sua comunidade. O termo *Sedaqah* descreve, pois, um proceder de acordo com o direito divino. Já o termo *Hesed* tanto pode indicar o amor de Deus para com o povo como o amor do povo para com Deus e os irmãos. No Proto-Isaías 32, 17-18, lê-se: “*O fruto da Justiça será a Paz ...*”. Aqui é prometida uma paz duradoura para quem praticar a justiça e, portanto, viver de acordo com as exigências do Deus de Israel. No capítulo 48 do Dêutero-Isaías o profeta acentua que a paz e a justiça só poderão ser construídas segundo a observação dos preceitos divinos. Em Is 54, o profeta termina com a promessa: “*Ainda que cedam os montes e as colinas se abalem, meu amor (Hesed) jamais se afastará de Ti e minha aliança de Paz (berit salom) ficará inabalável, diz o Senhor*” (v. 10).⁴

Já o Profeta Jeremias que viveu em um período de grandes mudanças considera que o amor, o direito e a justiça são os fundamentos da Paz. Os judeus procuravam a paz no lugar errado. Assim, os *Nebiim cúlticos* do tempo de Jeremias tratavam de maneira superficial a situação concreta do povo e prometiam a paz, mas não havia paz (Jr 6, 14; 8, 11; 14, 13).⁵ Num outro trecho o profeta completa o nome de Iahweh, dizendo:

“Em seus dias Judá será salvo
e Israel habitará em segurança.
Este é o nome com que o chamarão:
'Iahweh, nossa Justiça'.”

⁴ BOUZON, Emanuel. *A possibilidade da paz na perspectiva bíblica. (art.): Violência e Paz à luz da Pacem in Terris*. São Paulo, Paulinas, 2005, p. 114 – 120.

⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 120.

A verdade é que os profetas bíblicos eram enviados e alertavam para o perigo dos rituais serem realizados de modo falso. Encarregados do Templo, os sacerdotes, não estavam correspondendo com a verdade. Transpondo essa realidade para a atualidade o grande perigo continua sendo este e, por vezes, muito se constata uma religiosidade pretensiosa, interesseira, distante de Deus, portanto, falsa. O antigo alerta dos profetas que permeia as facetas de uma vida religiosa pode servir para conscientizar com relação ao hoje. Alguns autores já são mais esclarecidos em relação a esse aspecto. Por exemplo, de acordo com Sérgio Margulies, o papel da religião é o de ser um elemento que tem a tarefa de promover valores que propiciem uma coexistência social mais justa. O Judaísmo, atento às questões sociais resgata esta concepção de respeito aos limites da religião de acordo com o mandamento que ordena a não usar o nome de Deus em vão e conscientiza para a capacidade de exercer uma responsabilidade através da ação de justiça social.

Os escritos da fé judaica apresentam uma Religião tipicamente ética, de modo que na íntegra, *Judaísmo* é apreciar as circunstâncias com seus paradoxos e entender o Outro. Judaísmo é estar sempre atento ao caminhar do Outro para que todos caminhem unidos como povo. E lei judaica entendendo o espírito da lei, é *caminhar*. Caminhar requer coerência, senão é como se fosse para uma direção contrária à autenticidade e originalidade de tal fé.

Tomando por base o livro dos Salmos, observa-se que neste estão contidas as orações do povo judeu. Em geral, os Salmos apontam que o procedimento ético do afastar-se do mal e procurar o bem inclui, também, a necessidade de correr atrás da paz e da concórdia. No Salmo 72, de acordo com Emanuel Bouzon, que a exegese classifica como real, há uma prece pelo rei pedindo que ele “*governe o teu povo com justiça e segundo o direito dos humildes*” (v. 2) e “*em seus dias floresça a justiça e grande paz*” (v. 3). O salmista pede que o rei tenha em seu governo uma dimensão social em relação aos mais fracos da sociedade; se o rei segundo o direito divino, então poderá estabelecer no país a justiça e a paz.

A verdadeira paz caminha ao lado da justiça, do amor e da fidelidade, dons escatológicos que são frutos da presença de Deus junto ao seu povo. ⁶ No Salmo 72, versículo 3, está escrito: “*Das montanhas venha a paz a todo o povo e desça das colinas a justiça.*” Na verdade, Deus faz justiça para o pobres e os salva da violência e opressão. No Salmo 7, encontra-se os trechos que mencionam a face de um Deus-Justiça: “*Confirmar o vosso justo, ó*

⁶ *Id., Ibid.*, p. 122-123.

Deus-Justiça” (v.10); “*Deus é Juiz, Ele julga com Justiça*” (v. 12); o Salmo 44, 7-8, apresenta: “*Vosso trono, ó Deus, é eterno, é sem fim; vosso cetro real é sinal de Justiça e odiais a maldade*”. Tal como apresenta os fundamentos do Judaísmo o *Deus Justo* é aquele que não está satisfeito com a opressão, não se compraz com as injustiças, mas se compadece com aquele que sofre.

Assim sendo, o conceito de um *Deus da Paz que é o Deus da Justiça no Judaísmo* é muito claro e perpassa os vários livros sagrados desta fé. Mas, o que é mesmo essa Justiça? A resposta está na Revelação que o Antigo Testamento faz de Deus tendo-o a si mesmo como o Libertador dos oprimidos e o defensor dos pobres, que exige dos homens a fé n’Ele e a justiça para com o próximo. Somente na observância dos deveres da justiça se reconhece Deus, verdadeiramente, como o Libertador dos oprimidos. Onde há Justiça, há Paz e Harmonia, valoriza-se a vida, o ser humano. E o Judaísmo pode buscar nos seus fundamentos toda uma motivação para aproximar, pelo diálogo, das outras Religiões Monoteístas e com o mundo, para uma ação transformadora. Ao Judaísmo cabe somente um testemunho pela vida e não a promoção da violência contínua e injusta.

Como se vê, os textos mostram novos caminhos para a ação em prol da justiça no mundo; pois, *o Deus da Paz é o Deus da Justiça*. E o mundo hodierno sente a falta da Justiça, está sedento desta. A realidade atual interpela bastante e exige uma atitude. A resposta do Judaísmo tem que ser pela vida, a serviço do bem, já que no cerne está o conceito do *Deus da Paz que é o Deus da Justiça*. Este é um ancoradouro referencial para o diálogo inter-religioso que pressupõe igualmente a fidelidade a si mesmo e ao próprio engajamento de fé. É de estranhar a realidade vista hoje com relação a tantos conflitos. Para extirpar esse mal pela raiz e conseguir construir uma Cultura de tolerância, amor e respeito pela dignidade humana, é preciso mais do que nunca exercitar a escuta da diferença que aborda desde a pessoa do Outro. As Religiões, tal como o Judaísmo, devem fazer esse exercício de partir dos seus fundamentos, abrir-se ao diálogo entre elas e com isso contribuir com o mundo.

E conforme diz Hans Küng, a credibilidade das Religiões vai depender, num futuro próximo, do que acentuam cada vez mais o que as une e não o que as separa. Parece evidente que a humanidade já não pode permitir o luxo de que as Religiões seguem atizando guerras ao mundo, em vez de fomentar a Paz; que seguem praticando o fanatismo, em vez de buscar a

reconciliação; que competem pela própria superioridade, em vez de promover o diálogo.⁷ A *Concepção de Deus* no Judaísmo é clara, conforme se vê. Mas e o procedimento ético dessa Religião hoje? Como tem sido o seu comportamento? O certo é que o mundo hoje precisa muito de paz e laços de solidariedade cuja raiz é a *Justiça*.

O que é interessante observar e ao mesmo tempo curioso é que o Judaísmo, apesar da simpatia despertada no mundo inteiro por séculos de perseguição suportados, cuja chaga mais profunda é a do Holocausto nazista, ainda muito recente para ser esquecida, é alvo de uma série de suspeitas e preconceitos, fruto de um passado cultural ainda distante de ser superado. E atualmente, avança em direção a ser considerado ele próprio como um fundamentalismo beligerante e excludente, na ocupação mal-explicada da Palestina. De perseguido a perseguidor assim se torna.

Os fundamentos bíblicos e teológicos então analisados apontam uma outra direção, a da paz, o que permite dizer que o problema é a distorção desses fundamentos ou o seu esquecimento. Na verdade os fundamentos continuam atualizados e mostram que *da Justiça de cada um pode nascer a Paz para todos*. Outro aspecto a considerar e que o Judaísmo de hoje, herdeiro desse mesmo Israel, parece haver renunciado por um momento, é o da universalidade, pensando não haver chegado ainda o tempo de vincular em sua mesma estrutura social ou religiosa a todos os humanos.

O Judaísmo carrega momentos fortes em sua História, mas também os fundamentos de um *Deus-Justiça e da Paz*, assim necessários, sendo referenciais para o diálogo e a cooperação com o mundo. Basta crescer na conscientização da riqueza que possui e na vontade de colocá-la em prática em benefício da humanidade. É preciso estar ciente de que o contato com o mundo não judaico é inevitável e o caminho não é a intolerância, mas sim, a compreensão e o diálogo, pela paz vinda de relações mais justas e humanas, e do respeito à alteridade. Então só resta abrir-se através de uma mentalidade mais prudente e crítica para com o mundo que o cerca sem perder de vista a essência do seu legado, dos valores judaicos, de sua rica herança bem experienciada posta em benefício do diálogo entre as Religiões, conseqüentemente, da comunidade humana. Suas reações devem se posicionar, coerentemente, como mensageiras de justiça e de paz.

⁷ KÜNG, Hans. *Proyecto de uma ética ... op., cit.*, p. 11.

CAPÍTULO 2

A análise da Teologia Cristã num diálogo em vista da Paz e da Justiça, na base fundante do Cristianismo e dados de sua história

O resgate de uma consciência cristã sempre mais condutora de Justiça e de Paz, dos sinais de vida no mundo, pode significar a participação do Cristianismo nos seus diversos ramos, quanto mais da parte do Catolicismo, na busca de uma inversão de um quadro histórico existente que tantas vezes agride a dignidade humana. Assim se constrói os passos para a formação de um diálogo comum e ético entre as *Religiões Monoteístas* para a promoção do ser humano e do mundo como um todo. As injustiças que marcaram a sociedade humana no passado não podem ser retomadas, do mesmo modo, com atitudes vingativas e que se tornam ainda mais absurdas quando permeiam o cenário religioso. A humanidade está cansada de continuar assistindo à repetição dessas cenas. Torna-se um tanto difícil querer encontrar razões para justificar os erros humanos nesse sentido, quando ao invés de agir com o bem, respondem com o mal, dando prosseguimento a atos de violência e injustos.

As Religiões Monoteístas precisam procurar, unidas, os caminhos *da Justiça e da Paz*; cumprir o seu papel de dar um *testemunho de vida*. Conforme foi visto, os profetas bíblicos já tinham alertado no passado o seguinte: “*A Justiça produzirá a Paz*” (*Is 32, 17*). Este capítulo vai colocar em pauta o olhar da Teologia Cristã sobre a problemática abordada, descrevendo a situação do Cristianismo e o seu posicionamento, o seu agir atual, tendo em vista o diálogo, os valores da Justiça e da Paz, recuperados a partir da *Concepção de Deus*. É por demais sabido que *a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar*. Ou aprende-se a conviver, respeitando a vida do outro e todas suas condições, ou tudo se torna confuso e escapa da esfera racional e digna. As obras teológicas, os escritos sagrados fundamentais do Cristianismo vão ser o pano de fundo dessa reflexão, pois mostram como deve ser a ação cristã no mundo. A grande questão é que a Religião não pode ficar assistindo e muito menos contribuir para destruir globalmente a vida. Não há outra atitude tão e mais coerente assim

como realmente cabível às Religiões a não ser o de *preservar a vida* e cumprir o seu papel no mundo para que haja mais *Justiça e Paz*.

Recordar as palavras de Jesus, os seus gestos, isto se torna a máxima oportunidade para clarear à mente humana quem é o próprio Deus, pois Jesus é a Revelação máxima do próprio Deus cristão que assume a condição humana e é ele mesmo, Cristo, quem diz, segundo Jo 10, 10: “*Eu vim para que todos tenham vida, que todos tenham vida plenamente.*” É uma frase profunda e que resume o programa cristão de defender a vida, sobretudo, quando e onde se encontra mais ameaçada. Defender com instrumentos vitais que vão contra a lógica de uma cultura de morte e isto significa dizer que é através do diálogo extremamente necessário, com a instauração de gestos concretos de *Justiça* e de *Paz*, que se constrói uma *Cultura da Vida*, pois tal como é apresentado por Jesus, o *Deus Cristão*, é um *Deus da Paz que também é o Deus da Justiça*.

A Justiça é um valor humano universal tão bem defendido por Jesus em seu contexto histórico, deixando isso como legado para todo o Cristianismo, pois bem sabia que dela (da vida), se assim respeitada, poderia a dignidade humana ser irradiada. O problema ético é que em muitas regiões a Justiça é gravissimamente lesada também em relação aqueles que padecem perseguição por causa da fé, ou que são submetidos à tal ação, sem tréguas e de muitas maneiras. A Justiça é violada por formas de opressão antigas e novas, que derivam das restrições dos direitos individuais, nos diversos tipos de opressão exercidos, como na violência que acontece em variados matizes.

Assim, se há tanta ausência de Justiça, o diálogo entre as Religiões Monoteístas pode vir a acontecer quando há o empenho para que a mesma possa se realizar. É o *viés* que tanto pode favorecer o diálogo como pode conduzir à Paz; essa é uma mediação necessária. Para se obter aquela unidade autêntica de esforços que é exigida pela sociedade humana mundial, torna-se necessário efetivar então a função das chamadas “mediações” para superar cada vez mais as controvérsias, os obstáculos e os privilégios inveterados, que se encontram no processo, para uma sociedade ser, de fato, mais humana, que assim respeita a diversidade religiosa. Cabe, desse modo, criar uma atmosfera de diálogo, a comunicação entre os povos.

Reunidos em Sínodo em 1971, tendo como tema “A Justiça no Mundo”, o documento produzido pelos bispos presentes, da Igreja Católica, assinala o seguinte:

“Mediante a sua obra e a sua doutrina, Cristo uniu, de modo inseparável, as relações do homem com Deus e com os outros homens. Com efeito, Cristo viveu a sua existência como uma doação total de si mesmo a Deus, pela Salvação e Libertação dos homens. Com a sua pregação proclamou a Paternidade de Deus para com todos os homens e a intervenção da Justiça do mesmo Deus em favor dos pobres e oprimidos (Lc 6, 21-23). De tal modo Cristo se fez solidário com os irmãos ‘mais pequeninos’, que ele mesmo disse: *‘Tudo o que fizerdes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes’* (Mt 25, 40). O amor ao próximo constitui tema fundamental dos escritos do Novo Testamento. Segundo São Paulo, a vida cristã resume-se toda na fé que realiza aquele amor e aquele serviço do próximo que implica a observância dos direitos da Justiça. O amor cristão do próximo e a justiça não podem separar-se. O amor implica, de fato, uma absoluta exigência da Justiça, que consiste no reconhecimento da dignidade e dos direitos do próximo. A Justiça, por sua vez, alcança a sua plenitude interior somente no amor.”⁸

Perante os sistemas internacionais de domínio, a realização da Justiça depende cada vez mais da vontade de promoção. E isto não deve faltar da parte dos cristãos. Enquanto cristãos possuem os fundamentos para a busca da dignidade humana. Assim, a importância de uma causa pela Justiça e pela Paz estimula a união fraterna e a união fraterna cresce ao ser vivida numa tarefa concreta. E não há uma verdadeira paz sem a dinâmica da reconciliação. Paz que não é só ausência de guerra, daquela guerra declarada com exércitos em combate. *Falta paz sempre que a vida humana é violentada, então, quando falta a Justiça também. A paz verdadeira depende dos frutos de Justiça.* Ela fruto do Amor e da Justiça, ao mesmo tempo, que é dom e conquista. É um dom oferecido por Deus, e, por isso, é diferente da paz que o mundo dá, que se firma no domínio do mais forte ou no equilíbrio sempre perigoso das forças em confronto. *Paz* é o resultado das relações marcadas pela *Justiça*, pela Solidariedade e pelo Amor. Há uma lista indefinida de elementos que vão descrevendo a Paz, assim como tudo aquilo que o coração humano pede, pois a Paz tem seus ingredientes já inscritos por Deus dentro de cada pessoa. Paz que é tão ameaçada por causa de tantos atos injustos.

⁸ SÍNODO DOS BISPOS. *A Justiça no Mundo*. São Paulo, Paulinas, 1971, p. 17-19.

Nesse sentido é que a práxis da *Justiça* é essencial para corresponder à mensagem evangélica. É uma forma histórica do Amor. Assim sendo, é que então *por Justiça entende-se aquele tipo de amor que busca eficazmente humanizar*. O saudoso Papa João Paulo II, em sua mensagem na celebração do dia 1º de janeiro de 1998, no dia Mundial da Paz, tece algumas palavras baseado na temática seguinte, “*Da Justiça de cada um nasce a Paz para todos*”. Assim, ele diz:

“A Justiça anda em relação permanente e dinâmica com a Paz. Justiça e Paz têm em vista o bem de cada um e de todos, pelo que exigem ordem e verdade. Quando uma é ameaçada, vacilam as duas; quando se ofende a Justiça, põe-se também em perigo a Paz. Atualmente o mundo, embora apareça em muitas regiões marcado por tensões, violência e conflitos, anda à procura de novos reajustamentos e de equilíbrios mais estáveis que levem a uma Paz verdadeira e duradoura para a humanidade inteira. Justiça e Paz não são conceitos abstratos nem ideais inacessíveis; são valores inseridos no coração de cada pessoa, como patrimônio comum. Indivíduos, famílias, comunidades, nações todos são chamados a viver na Justiça e trabalhar pela Paz. Ninguém pode eximir-se desta responsabilidade.”⁹

Os pilares da fé cristã nada mais são, que *Justiça e Paz*, que se traduzem por *Vida e Amor*, e daí se extrai a *Concepção de Deus*, ponto de partida e cerne para o diálogo. A *Justiça* é virtude dinâmica e viva. Defende e promove a dignidade inestimável da pessoa e preocupa-se com o bem comum, sendo guardião das relações entre as pessoas e povos; entre as Religiões Monoteístas. O respeito à vida humana é base constitutiva, por isso, se fala no respeito aos direitos humanos; o que precisa é concretizá-los. E tais direitos são possíveis de serem concretizados quando acompanhados e vinculados aos deveres que devem ser cumpridos com relação à Justiça.

Tantas são as formas de injustiças que põem em risco a paz. As situações são as mais variadas até chegar a ponto do ser humano utilizar a Religião indevidamente e convocar Deus para a guerra, além de tantos equívocos cometidos com o mal uso do nome de Deus e uma

compreensão errônea sobre a vontade divina, que sendo bondade, só quer a vida, a dignidade humana, que é a realização da *Justiça e da Paz*. Esse é um ponto central e que impede atitudes mais verdadeiras por parte das Religiões e um diálogo fecundo entre as mesmas em benefício do mundo, do ser humano. Deus delega a responsabilidade ao ser humano para que possa cuidar do mundo, não destruí-lo, mas sim, e, sobretudo, zelar pela vida humana, porque é aquilo que há de mais sagrado, criada pelo *Deus da Vida*.

2.1. A Concepção de Deus nas raízes bíblicas e teológicas, o Deus da Paz é Deus da Justiça: por um diálogo possível e necessário

Em situações que necessitam de um maior empenho das Religiões buscando melhorias diante de uma realidade um tanto quanto desastrosa, o diábgo deve ser o referencial e se tornar mais aberto, para que ocorra a solidariedade e a unidade pelo bem humano poder assim realmente se efetivar. No dia 1º de janeiro de 2002, também em sua reflexão na celebração no Dia Mundial da Paz, João Paulo II proferiu sábias e profundas palavras, postulando a *Paz como obra da Justiça e Amor*. Assim sendo, destacou em suas colocações esta célebre frase: “*Não há Paz sem Justiça, não há Justiça sem Perdão*”. Em outras palavras, o Papa sublinha com pertinência:

“A convicção a que cheguei, raciocinando e confrontando com a Revelação Bíblica, é que não se restabelece cabalmente a ordem violada, senão conjugando mutuamente Justiça e Perdão. As colunas da verdadeira Paz são a Justiça e aquela forma particular de amor que é o Perdão. Pode-se e deve-se falar do Perdão e de Justiça como fontes e condições para a Paz, apesar da dificuldade que o assunto traz consigo, e da tendência que há em conceber a Justiça e o Perdão em termos alternativos. Mas o Perdão opõe-se ao rancor e à vingança, não à Justiça. Na realidade a verdadeira Paz é obra de Justiça. Como afirmou o Concílio Vaticano II, a Paz é fruto da ordem que o divino criador estabeleceu para a sociedade humana, e

⁹ JOÃO PAULO II. *Da Justiça de cada um nasce a Paz para todos (art.)*. 01/ 01/ 1998. Mensagem do Dia Mundial da Paz. Extraída do site: www.vatican.va

que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita Justiça”. (*Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, 78).¹⁰

Em outros momentos o Pontífice também pontua o seguinte:

“A verdadeira Paz é fruto de Justiça. O Perdão não se opõe de modo algum à Justiça, porque não consiste em diferir as legítimas exigências de reparação da ordem violada; mas visa, sobretudo, aquela plenitude de Justiça que gera a tranqüilidade da ordem, a qual é bem mais do que uma frágil e provisória cessação das hostilidades, porque consiste na cura em profundidade das feridas que sagram nos corações. Para tal cura, ambas, Justiça e Perdão são essenciais.”¹¹

Como se vê, já alguns anos atrás, num passado recente, o Papa pronunciava palavras de ânimo para a conquista *da Justiça e da Paz*, refletindo assim sobre as exigências da Justiça e sobre o apelo do Perdão diante dos graves problemas que continuam a afligir o mundo, dos quais, não por último, o novo nível de violência introduzido pelo terrorismo organizado. Segundo ele, na ocasião, já se percebia que é precisamente a Paz baseada na Justiça e no Perdão que, hoje, é atacada pelo terrorismo internacional. A violência atrai violência, numa trágica espiral que arrasta também as novas gerações, herdando elas assim o ódio causador das divisões precedentes. *O terrorismo baseia-se no desprezo da vida do homem*. Precisamente, por isso, dá origem não só a crimes intoleráveis, mas constitui em si, enquanto recorre ao terror como estratégia política e econômica, um verdadeiro crime contra a humanidade.

É impossível considerar que os fanatismos de toda espécie e crimes realizados partem do incentivo dos fundamentos das Religiões, tal como afirmam e praticam certos grupos que se dizem religiosos. *Tudo o que agride a vida não é de Deus e não vem de Deus*. A explicação disso ou resposta se encontra com Deus mesmo. Basta ver a *Concepção de Deus no Cristianismo*. O Deus Uno e Trino é comunhão, é família, é unidade, é vida, um *Deus Justo*. E o trabalho da Religião Cristã é levar os adeptos cristãos a essa reflexão. É um Deus de Misericórdia, da Reconciliação e do Diálogo.

¹⁰ JOÃO PAULO II. *Não há Paz sem Justiça, não há Justiça sem Perdão* (art.). 1º / 01 / 2002. Texto extraído do site: www.vatican.va

¹¹ *Idem*.

E perante toda essa realidade, há alguns anos atrás, Hans Küng já destacava a necessidade da união enquanto *projeto de uma ética mundial* comum. O teólogo assim delineia: “*Sin un consenso básico minimal sobre determinados valores, normas e actitudes, resulta imposible una convivencia humana digna.*”¹² O acento está nesta busca por constituir, por parte das facetas humanas e, sobretudo, pelas Religiões, a consciência conjunta de uma ética planetária responsável. Se às vezes o debate doutrinal é um tanto mais complexo o diálogo pela vida da humanidade pode e deve ser fecundo.

É preciso uma atitude ética mundial, uma ética da vida, cujos fundamentos e motivações podem ser extraídos das raízes bíblicas do Cristianismo que revelam assim a *Concepção de um Deus da Justiça e da Paz*. Hans Kung fala de uma responsabilidade comum, de um mútuo respeito, para chegar a uma cultura mais humana. Dessa forma, por isso, ele acentua: “*El fator humano es elemento central, impulsor o moderador, tanto del acontecer global como del particular.*”¹³ Depois em outra parte acrescenta: “*Para la Paz entre los pueblos es sumamente importante el acuerdo entre creyentes – judíos, cristianos y mahometanos*”.¹⁴ Devido à força da ambivalência humana, as Religiões precisam necessariamente, de se colocarem na direção do bem e assim permanecerem para dar frutos de Justiça, de Paz, de Vida, isto porque Hans Küng assim postula:

“Las religiones pueden ser autoritarias, tiranas y reaccionarias, y lo han sido con demasiada frecuencia : pueden promover miedo, estrechez mental, intolerancia, injusticia, frustración e inhibición; pueden inspirar e legitimar inmoralidad, conflictividad social y guerras en un pueblo o entre pueblos.

Las religiones pueden también, por otra parte, actuar como instrumento de liberación, de orientación al futuro y de fraternidad, y lo han hecho también con frecuencia: pueden entender la confianza en la vida, la magnanimidad, la tolerancia, la solidaridad, la creatividad y el compromiso social; pueden fomentar la renovación espiritual, las reformas sociales y la paz mundial. “¹⁵

¹² KÜNG, Hans. *Proyecto de una ética mundial ... op., cit.,* p. 46.

¹³ *Id., Ibid.,* p. 50

¹⁴ *Id., Ibid.,* p. 57.

¹⁵ *Id., Ibid.,* p. 68.

Recentemente acontecimentos têm demonstrado, conforme se vê por certas manifestações e até historicamente falando, que as Religiões podem provocar atitudes éticas humanizadoras. Mas é bom estar atentos porque também padecem a constante tentação de girar em torno de si mesmas para assegurar suas instituições e hierarquias, sem muita abertura e cooperação mútua. O diálogo tem que levar aquilo que é o importante: o bem do ser humano. *Preservar o humano*. Hans Küng, insiste em dizer:

“Todas las religiones ofrecen no solo determinadas regras de conduta, sino también determinadas disposições, actitudes y virtudes, capaces de conducir desde dentro el comportamiento humano.”¹⁶

De acordo com o teólogo acima citado as tradições religiosas devem cumprir o seu papel, a sua tarefa; e estas têm condições de oferecer motivações morais convincentes de atuação adaptados aos novos tempos. Por exemplo, é dado certo e muito claro que está na riqueza dos fundamentos do Cristianismo a constante busca pela justiça social, *Justiça* que respeita o ser humano na sua liberdade, inclusive, a liberdade religiosa. Justiça que o próprio Jesus destacou como busca da vida cristã em atos e palavras. Jesus mesmo era um judeu praticante, filho de judia, respeitava os seus costumes e tradições, mas queria que o ser humano compreendesse verdadeiramente a vontade de Deus na sua profundidade.

Deve, porém, admitir que em todas religiões do mundo existem deficiências na aplicação dos direitos humanos, tensões e conflitos entre uma ética especificamente religiosa e uma ética humana geral. Mas a consciência de uma *responsabilidade ética global* tem que estar impregnada; os membros das Religiões se encontrando no comum interesse pela Paz. É com base nisso e a partir dos fundamentos que ainda serão colocados que se pergunta: o cristão tem prestado uma contribuição concreta a uma possível ética mundial? Em todas as partes se clama pela exigência da justiça, da paz e da conservação da criação. O compromisso entre as Religiões não deve ser esquecido, pois o mundo anseia por uma ordem mundial pacificadora. *E não há Paz mundial sem Paz religiosa*, diz Hans Küng. Tal teólogo destaca uma visão com fundamento ético-religioso. Por isso, afirma:

¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 80.

“Las religiones también pueden contribuir enormemente en el aspecto positivo e constructivo. Pueden actuar perseverantemente en favor de la Paz, la Justicia social, la não violênciã y el amor al prójimo, bien ser a través de indivíduos y grupos religiosos, bien mediante comunidades religiosas enteras. Pueden propagar y activar actitudes fundamentales como el pacifismo, la exclusión de la fuerza e la tolerância”.¹⁷

As Religiões Monoteístas precisam reconhecer a responsabilidade que lhes compete a respeito da *Paz* mundial, da *Justiça* no mundo. Muitos conflitos vêm de intolerância, absolutismo e autojustificação. O próprio Cristianismo, apesar de sua ética de amor e paz, se mostra, muitas vezes, em suas atuações intolerante e agressivo, hostil ao amor e à paz. São as contradições que acontecem. O próprio Jesus pediu um amor sem exclusivismos, mas que abrangesse até os inimigos, os que perseguem. Um amor ao próximo, mas extensivo. Assim, Jesus mesmo diz, segundo narra o evangelhista (Lc 6, 27-29. 31-33.35):

“Eu, porém, vos digo, a vós que me escutais: *amai os vossos inimigos*, fazei o bem aos que vos odeiam, bendizei os que vos amaldiçoam, orai por aqueles que vos difamam. Como quereis que os outros vos façam, fazei também a eles. Se amais os que vos amam, que graça alcançais? Muito pelo contrário, *amai vossos inimigos*, fazei o bem e emprestai sem esperar coisa alguma em troca”.

Também tão claras são estas palavras bíblicas extraídas da Primeira Carta de São João (1, 5-6. 9-10):

“Deus é luz e Nele não há treva alguma. Se dissermos que estamos em comunhão com Ele e andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Aquele que diz que está na luz, mas odeia o seu irmão, está nas trevas até agora. O que ama o seu irmão permanece na luz, e nele não há ocasião de queda.”

¹⁷ *Id., Ibid.*, p. 97.

O *Deus cristão* é um Deus que é fundamentalmente *amor, misericórdia e compaixão*, sendo que esta máxima Revelação de Deus está presente na Encarnação de Jesus Cristo. É isso o que o Papa Bento XVI faz questão de refletir na sua primeira Encíclica ‘*Deus caritas est*’ (Deus é Amor). E começa dizendo:

“Deus é Amor, e quem permanece no Amor, permanece em Deus e Deus Nele” (1Jo 4, 16). Essas palavras da Primeira Carta de João exprimem, com singular clareza, o centro da fé cristã. A imagem cristã de Deus e também a conseqüente imagem do ser humano e do seu caminho. Além disso, no mesmo versículo, João oferece-nos, por assim dizer, uma fórmula sintética da exigência cristã: ‘Nós conhecemos e cremos no Amor que Deus nos tem. Nós cremos no Amor de Deus’. Desse modo, pode o cristão exprimir a opção fundamental de sua vida.”

18

Dessa forma, não há razão para dizer que está praticando uma guerra, uma violência, cometendo injustiças, *em nome de Deus*. Nenhum tipo de mal ao ser humano se justifica. *O ser humano é critério fundamental*. Os valores éticos e normas devem ser incondicionalmente vinculantes e universais. É preciso conseguir um consenso básico elementar entre as grandes Religiões, apoiado assim nas premissas fundamentais da vida e convivência humana na comunidade humana mundial. São Paulo já exortava aos cristãos da comunidade dos Efésios dizendo: “*Aplicai-vos a guardar a unidade do espírito pelo vínculo da Paz*” (Ef 4, 3).

Assim sendo, é preciso ter presente que *não se mata em nome de Deus!* Quem mata com atos terroristas, cultiva sentimentos de desprezo pela humanidade, manifestando desespero pela vida e pelo futuro. Nesta perspectiva, tudo pode ser odiado e destruído. O terrorista considera a verdade em que crê ou o sofrimento que padece tão absolutos que legitimam a sua ação de destruir, inclusive, vidas humanas inocentes. Por vezes, o terrorismo é filho de um fundamentalismo fanático, que nasce da convicção de poder impor a todos a aceitação da sua própria visão de verdade. Por isso, o fanatismo fundamentalista é um comportamento radicalmente contrário à fé em Deus. Visto de outro modo, o terrorismo instrumentaliza não somente o homem, mas também Deus, acabando por fazer dele um ídolo de que serve para os seus próprios fins.

¹⁸ BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus caritas est. Sobre o amor cristão*. São Paulo, Paulinas, 2006, p. 3.

Assim, nenhum responsável das Religiões pode ser indulgente para com o terrorismo e, muito mais, pregá-lo. É profanação da Religião proclamar-se terrorista em nome de Deus, cometer violência ao homem em nome de Deus. A violência terrorista é contrária à fé em Deus Criador do homem, em Deus que *cuida* e ama o homem. Deus é amor misericordioso (1Jo 4, 7-12). Dessa maneira, somente na medida em que se afirmam uma ética e uma *Cultura do Perdão* é que se pode esperar uma política do Perdão, expressa em comportamentos sociais e instrumentos jurídicos nos quais a mesma justiça assuma o rosto humano.

Nesse sentido, a unidade pelo diálogo como necessidade fundamental em prol da Justiça e, por conseguinte, da Paz, é a tarefa das Religiões e isto não descaracteriza a identidade de cada uma; se estão a serviço do bem estão revelando o Deus que como São Paulo diz é: “*Um só Deus e Pai de todos, que reina sobre todos, age por meio de todos e permanece em todos*” (Ef 4, 6). Nesse caso, são de grande valor as palavras de Hans Küng, quando diz:

“Ninguna religión podrá prescindir totalmente de sus propios criterios específicos de verdad con respecto a las otras religiones. Diálogo no significa abdicación de lo propio. Por otra parte, la crítica externa es necesaria. Si cada religión se limitara a insistir en los propios criterios de verdad; cualquier autentico diálogo estaria de antemano condenado al fracaso”.¹⁹

A capacidade de perdão está na base de cada projeto de uma sociedade futura mais justa e solidária. *De quantos sofrimentos padecem a humanidade por não saber reconciliar-se.* A paz é a condição do desenvolvimento, mas uma verdadeira Paz torna-se possível, de fato, com o Perdão. *Como o nome de Deus vem sendo pronunciado num mundo onde impera, muitas vezes, a morte, a violência, a injustiça, a opressão, a perseguição?*

Em tempos tão difíceis se presencia tantas tensões, conflitos, fundamentalismos, “falsos mestres”. Nisto, também torna-se um tanto esquecido que Jesus é um “*ser divino profundamente humano*”, que leva a termo a *Revelação de Deus* pronunciada na *Lei e nos Profetas*. Daí então Hans Küng por tantas vezes insistir nestas palavras centrais:

¹⁹ KÜNG, Hans. *Proyecto de una ética mundial ... op., cit.*, p. 110.

“Imposible la convivencia humana sin una ética planetaria entre las naciones; imposible la paz entre las naciones sin una paz entre las religiones;

Imposible la paz entre las religiones sin un diálogo de religiones;

No hai dialogo religioso sin investigación sobre los fundamentos”.

Ocorre que a intolerância frente ao dissenso está presente em muitas partes e religiões do mundo. A caminhada das Religiões, anunciadoras por excelência da Paz, foi infelizmente marcada pela violência, pela intransigência, pelas guerras. Nesse sentido, a tolerância merece relevo. O diálogo inter-religioso não é realmente simples e fácil. Ele está a pedir uma teologia raiz-copa, um olhar para o passado e para o futuro. A *raiz* em relação aos fundamentos das Escrituras, a *copa* são os movimentos de hoje. o olhar para o passado debate-se com as riquezas da tradição.

No diálogo entre as religiões a tolerância é fundamental para o respeito à alteridade e à liberdade religiosa. Por isso, Paulo Menezes também explica:

“A tolerância não exige relativismo de valores, nem atitude diante da verdade. Ao contrário, requer uma referência certa aos direitos humanos, como norma e padrão das condutas: direito à vida, à integridade física, à igualdade de oportunidades, a praticar sua Religião e até mesmo a não pratica nenhuma. A Paz entre as Religiões não exige que cada crença abdique de suas convicções, ou troque a sua fé pela do outro com quem dialoga, mas exige, em sua base, a *tolerância*.”²⁰

A *raiz* de tudo em direção do diálogo na busca por mais *Justiça e Paz* está muito visível nos fundamentos do Cristianismo porque revela a *concepção de um Deus* que quer a *vida*. Mas, Maria Inês de Castro Millen, discorrendo sobre esse assunto, lembra que:

“A resposta existencial ao *Deus da Vida* não consiste somente na séria e piedosa reflexão que se pode fazer sobre o mal, o sofrimento e a

²⁰ MENEZES, Paulo. *Tolerância e Religiões (art.)*. In.: TEIXEIRA, Faustino (org.). *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo, Paulinas, 1997, p. 49.

injustiça, mas no esforço sincero que se pode empreender para a transformação da História e do mundo segundo os critérios do Amor, da Justiça, da Misericórdia e da Paz”.²¹

Noutra parte, Maria Inês escreve de modo muito plausível, sublinhando:

“O ser humano é um essencialmente relacional. O diálogo está aqui colocado como este modo de relacionamento responsável, que traz embutido em si mesmo uma ética que lhe é própria e que se manifesta na existência das pessoas que optam por ele. Só que o diálogo é uma prática que precisa ser aprendida. E a escola do diálogo é a vida. Vida que, para os que crêem, é dom de Deus, dom daquele que é o Mestre do relacionamento dialogal.

É possível, pois, dizer que o diálogo, na consideração da alteridade, da intersubjetividade e da comunicação, é um caminho ético privilegiado, e até mesmo irrecusável, quando se trata da afirmação ou da recuperação do humano, na perspectiva de um projeto que busca a garantia da Paz, do bem comum e da significação da vida.

Portanto, ainda que fosse somente pelas características próprias deste tempo, a ética, enquanto instância crítica e reflexiva, enquanto lugar do diálogo que conduz ao discernimento dos valores, possui uma importância que não pode mais ser desconsiderada.²²

E cada vez mais torna possível observar como o diálogo pode-se realizar e ser mais fecundo com o alcance da Justiça, que conseqüentemente vai gerar a Paz. Maria Clara Bingemer no seu artigo intitulado, “*Justiça: o outro nome da Paz*”, assinala que a injustiça gera a violência, ameaça a vida de povos inteiros e degrada a humanidade. E ainda com relevo manifesta estas palavras:

“É preciso praticar a *Justiça* enquanto se deseja construir a Paz. Para que a violência seja erradicada é necessário que nos disponhamos a realizar em nossas vidas tudo aquilo que está contido no discurso

²¹ MILLEN, Maria Inês de Castro. *Os acordes de uma sinfonia ... op., cit.*, p. 141.

programático do Galileu Jesus de Nazaré na sinagoga de sua terra natal: evangelizar os pobres, devolver a vista aos cegos e o movimento aos coxos, visitar enfermos e prisioneiros, dar o pão a quem tem fome e água a quem tem sede e proclamar que chegou o ano da graça no qual Justiça e Paz se abraçarão.”²³

Assim sendo, diante de qualquer espécie de mal é preciso vencer com o bem. A violência é um mal inaceitável e que nunca resolve problemas e angústias humanas. Segundo Maria Clara Bingemer no seu artigo, “*Vencer o mal com o bem*”, a prática do bem é capaz de fazer brotar a Paz como fruto maduro de uma Justiça que supera os parâmetros da Justiça humana, é, na verdade, uma atitude ética que inclui até mesmo o inimigo. Mas essa é a ética cristã e assim que deve ser o comportamento do cristão.

Tanta busca por *Justiça e Paz* se faz necessária, e é o que Maria Clara pontua num artigo com essa constatação:

“Um dos problemas maiores que aflige e intriga a humanidade neste início de século e de milênio, é a relação entre a religião e a violência. A violência cobre o planeta em muitos de seus pontos mais importantes, muitas vezes relacionada de perto com a religião, seus fanatismos e subprodutos, tais como os fundamentalismos de toda espécie, as guerras santas, as “limpezas étnicas” e outros. O diálogo é fundamental em tempos de fundamentalismo religioso.”²⁴

Diante da problemática presente Maria Clara Bingemer questiona e em seguida comenta:

Qual o papel dos Monoteísmos no mundo de hoje que carece de Justiça e de Paz? As Religiões muitas vezes não conseguem criar a paz prometida adequada aos seus fundamentos, correspondente ao próprio

²² *Id., Ibid.*, p. 127 – 129.

²³ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Justiça: o outro nome da Paz (art.)*. Texto extraído do site: www.rdc.puc-rio.br/agape.

²⁴ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Crer depois do 11 de setembro de 2001. Atualidade da violência nas três Religiões Monoteístas (art.)*. In.: SANTOS, Lyndon de A; PEREIRA, Mabel Sagrado (orgs). *Religião e Violência em tempos de globalização*. São Paulo, Paulinas, 2004, p. 100.

Deus que cultuam. Ou nos abrimos a um futuro de comunicação possível e universal, não impositiva ou destruímos nossa humanidade, matando povos, culturas e pessoas. É tempo de despertar para a construção de uma sociedade mais justa e de paz. As Religiões podem colaborar para fundar a paz mundial dos humanos”.²⁵

Nos fundamentos bíblicos e teológicos do Cristianismo está a *Concepção de um Deus* que se revela e se comunica com o ser humano. *Ele chama à vida. O amor a Deus passa necessariamente pelo amor e respeito ao próximo.* Deste modo, as palavras e a própria vida de Jesus que revela o Deus Justo mostram que a Justiça recria os homens, dando-lhes a vida. Sublinha o amor que é serviço. A importância da Justiça também está no fato de que ela faz recuperar o caráter bíblico do próximo, daquele de quem me faço próximo. *A prática da Justiça é materialmente a exigência fundamental do Evangelho.*

O dado da Justiça tende a humanizar diretamente aqueles que são indefesos e mais privados de vida. Por isso mesmo, as CEBs, os movimentos das Comunidades Eclesiais de Base, tanto enfatizaram a vivência da fé cristã pela busca de uma Justiça mais digna na América Latina, em particular, na Igreja do Brasil, sobretudo, durante as décadas de 60 e 70, do século passado. Tratava-se assim de uma rica experiência de comunidade e de maior conscientização daquilo que é de direito do humano e base da mensagem evangélica: *a Justiça.* E dentre os trechos bíblicos de apoio das CEBs estava justamente a *Carta Magna do Cristianismo* que são as *Bem-Aventuranças (Mt 5, 1-12)*. José Herval Ferreira escreveu um livro comentando sobre os passos das Comunidades Eclesiais de Base, sua metodologia de conscientização e a espiritualidade. E na parte sobre as *Bem-Aventuranças* há a seguinte motivação:

“Para animar-nos a viver num mundo cheio de contrastes assim, Jesus, o sinal de contradição, nos anunciou as *Bem-Aventuranças.* Ele viveu como nos ensinou. Fez esse discurso no meio da multidão, fora do Templo, para todo o mundo escutar. Só, na base das Bem-Aventuranças, o mundo ficará mais humano para todos.”²⁶

²⁵ *Id., Ibid.,* p. 110 – 111.

²⁶ FERREIRA, José Herval. *CEBs e Paróquia.* São Paulo, Paulinas, 1997, p. 133.

De fato, o *Sermão da Montanha*, as *Bem-Aventuranças*, Carta Magna Reino de Deus promulgada e proclamada por Jesus é o núcleo de toda essa reflexão e, portanto, da atitude cristã, sobre a *Concepção de Deus* com base no *viés da Justiça*. Daqui se extrai o conceito muito claro do Deus Cristão enquanto sendo *Deus da Justiça*, isto é, de modo específico e particular presente nesses trechos (Mt 5, 6. 9-10):

“Felizes os que têm fome e sede de Justiça porque serão saciados.
Felizes os que promovem a Paz, porque serão chamados filhos
de Deus.
Felizes os que são perseguidos por causa da Justiça porque deles
é o Reino dos Céus.”

*A Justiça realmente é o outro nome da Paz. E o Deus da Paz é o Deus da Justiça. A bem-aventurança do v. 6 está impelindo para a busca, para a conquista; esta é a maior motivação e missão dos cristãos. Ser faminto de dignidade, de justiça capaz de gerar a vida e a paz. Paz que vem pela Justiça daí o v. 9 fazer tal referência. E isto não constitui tarefa fácil, buscar a Justiça é um trabalho árduo. Assim foi para Jesus, no intuito de levar os povos de sua época à conscientização, e é para os cristãos em toda a história, nem por isso pode deixar de ser buscada porque é o centro da vida cristã, fundamento essencial para o diálogo, para a concórdia, para a solidariedade, em vista do bem de todos, da preservação e defesa da vida, o que torna a Religião realmente autêntica e verdadeira. Buscar a *Justiça* é vincular-se a Deus, a Cristo. Na prática da Justiça caracteriza-se o lugar de acesso ao Mistério de Deus. *Justiça* é o lugar de afinidade com o Mistério do Deus da Vida. É a realização de algo fundamentado no Evangelho. É elemento essencial para corresponder à totalidade da mensagem evangélica e à constituição concreta do momento formal da fé. Ou seja, o caminho para a fé e para a Justiça são inseparáveis.*

A bem-aventurança do versículo 6, quer mostrar *fome e sede* como metáfora freqüente de desejo intenso, de necessidade sentida, e seu objeto pode ser inclusive o *Deus-Justiça* no sentido mais amplo. O v. 10, fala dos perseguidos *por causa da Justiça*, por serem justos se tornam vítimas inocentes. E o v. 9 apresenta a paz como parte do anúncio messiânico.

Por isso, uma fé monoteísta ou outra que justifica o sofrimento e a injustiça do mundo e não protesta contra essa realidade é desumana e aparentemente satânica, isto é, maléfica, tal

como pronuncia Maria Clara Bingemer.²⁷ A Justiça é a exigência do respeito aos direitos humanos.

Com efeito, de acordo com os fundamentos que foram expostos, aí estão presentes todas as motivações teológicas principais e embasamentos primordiais para que os cristãos possam atuar nessa busca de uma Cultura que respeite mais a vida humana pelos caminhos da *Justiça e da Paz*; embasados então em toda a *Concepção de que o Deus da Paz é o Deus da Justiça*. E isto as grandes Religiões Monoteístas podem e devem realizar juntas se assim pretendem realmente tornar visível no mundo o rosto do *Deus da Vida*. Elas não perdem desse modo a sua identidade, mas se tornam unidas pelo bem humano, para humanizar. A natureza de cada uma constitui uma riqueza que deve ser mantida, mas podem muito bem ser unidas na missão de levar Deus às pessoas. E que ele seja realmente o Deus da Vida, através do diálogo. O diálogo já pode significar um espaço de anúncio, e o anúncio tem que ser sempre na direção da valorização da vida humana em primeiro lugar, em todos os sentidos. Cumpre às Religiões espelhar na figura do *bom samaritano* (Mc 10, 29-37) – quanto mais aos cristãos – e realizarem o papel de serem no mundo hospitaleiras, acolhedoras, comprometidas no cuidado com a vida humana, com o próximo, incondicionalmente.

Em sua Carta Encíclica “*Redemptoris Missio*” (Missão do Redentor), de 7 de dezembro de 1990, João Paulo II mostra como que os cristãos não podem perder o impulso para a evangelização. Neste documento, portanto, da Igreja Católica, o saudoso Pontífice primeiro salienta as conquistas que vêm ocorrendo com o Concílio Vaticano II, dentre elas, o fato de que as Igrejas Particulares da Religião tem proporcionado mais abertura para o encontro, para o diálogo e para a colaboração com os membros de outras Igrejas Cristãs e outras Religiões. Toda esta Carta quer, porém, enfatizar a validade permanente do mandato missionário. Daí que, olhando, para aquele contexto histórico, o Papa pondera:

“No entanto, nesta ‘nova primavera’ do Cristianismo, não podemos ocultar uma tendência negativa, que, aliás, este documento quer ajudar a superar: a missão específica *ad gentes* parece estar numa fase de afrouxamento, contra todas as indicações do Concílio e do Magistério posterior. Dificuldades internas e externas enfraqueceram o

²⁷ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *O Deus Desarmado* (art.). In.: *Violência e Paz à luz da Pacem in Terris* (orgs) ... *op. cit.*, p. 132.

dinamismo missionário da Igreja ao serviço dos não-cristãos: isto é um fato que deve preocupar todos que crêem em Cristo. Na História da Igreja, com efeito, o impulso missionário sempre foi um sinal de vitalidade, assim como a sua diminuição constitui um sinal de crise de fé”.²⁸

O documento de João Paulo II, num campo específico, está convocando a Igreja para a responsabilidade, falando sobre o que os cristãos, membros da Igreja, precisam realizar no mundo. Assim, ele ressalta: “A tarefa fundamental da Igreja de todos os tempos e, particularmente, do nosso é e a dignidade de dirigir o olhar do homem e orientar a consciência e experiência da humanidade inteira para o Mistério de Cristo.”²⁹ Ainda há dois trechos que merecem ser destacados, num deles o Papa assim delinea:

“A Revelação de Deus tornou-se definitiva e completa, na obra do seu Filho Unigênito. E esta auto-revelação definitiva de Deus é motivo fundamental pelo qual a Igreja é, por sua natureza, missionária. Não pode deixar de proclamar o Evangelho, ou seja, a plenitude da verdade que Deus nos deu a conhecer de si mesmo”.³⁰

Mas ele também afirma:

“O anúncio e o testemunho de Cristo, quando feitos no respeito das consciências, não violam a liberdade. A fé exige a livre adesão do homem, mas tem de ser proposta, já que as multidões têm o direito de conhecer as riquezas do Mistério de Cristo ...”³¹

Convém, junto com essas considerações, apresentar uma abertura ainda maior para uma colaboração mútua que vem desde o Concílio Vaticano II, expressa na Declaração “Nostra Aetate” sobre relação da Igreja com as Religiões não-cristãs. O documento acentua:

²⁸ JOÃO PAULO II. Encíclica “*Redemptoris Missio*” (Missão do Redentor – 07 / 12 / 1990). São Paulo, Paulinas, 7ª ed., 2005, nº 2, p. 6.

²⁹ *Id.*, *Ibid.*, nº 4, p. 11.

³⁰ *Id.*, *Ibid.*, nº 5, p. 13.

³¹ *Id.*, *Ibid.*, nº 7, p. 17.

“O Sacrossanto Concílio exorta a todos que sinceramente ponham em prática a mútua compreensão em benefício de todos os homens e em ação conjunta, defendam e ampliem a justiça social, os valores morais, bem como a Paz e a Liberdade.”³²

Já ao final do documento também acrescenta:

“Não podemos, na verdade, invocar a Deus como Pai de todos, se relutamos o tratamento fraterno a certos homens, criados também à imagem de Deus. A relação do homem para com Deus Pai e a relação do homem para com os homens irmãos, de tal modo se interligam, que a Escritura chega a afirmar: ‘Quem não ama, não conhece a Deus’ (1Jo 4, 8).”³³

Um outro importante documento, aprovado em abril de 1990, feito pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, é o que vem intitulado como “*Diálogo e Anúncio*”. Tal documento antecipa a promulgação da “*Redemptoris Missio*” de João Paulo II e avança muito mais no que diz respeito ao diálogo e torna bastante clara a inseparabilidade do *Diálogo e o Anúncio*. Uma atividade não anula a outra; pelo contrário enriquece e assim deve ser para a Igreja Católica, para a Religião Cristã. Anunciar Cristo aos povos, os valores cristãos, mas sempre estando aberto ao *Diálogo*, sem desvincular-se, no entanto, da atividade dialogal.

Por isso, bem no início o documento delinea:

“O *Anúncio e o Diálogo* – cada um no próprio âmbito – são ambos considerados elementos componentes e formas autênticas da única missão evangelizadora da Igreja. Ambos são orientados para a comunicação verdade salvífica.”³⁴

³² Declaração “*Nostra Aetate*”. In.: Compêndio Vaticano II. Petrópolis, Vozes, 2000, n° 3, p. 621 – 22.

³³ *Id.*, *Ibid.*, n° 5, p. 624.

³⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e Anúncio* (Abril de 1990). São Paulo, Paulinas, 4ª ed., p. 6.

Na época, o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso destacava a consciência de uma nova mentalidade sobre o pluralismo religioso já naquele contexto vigente, não podendo assim ser ignorado o importante papel das tradições religiosas. O documento critica a idéia de muitos estudiosos afirmando que o Diálogo substituiria o Anúncio do Evangelho por parte da Igreja, do Cristianismo. Na verdade, segundo o texto, o Diálogo é um dos elementos integrantes da missão evangelizadora da Igreja. E o Anúncio é comunicação da mensagem evangélica. O Anúncio desponta como base, centro e ápice da Evangelização. Ainda convém assinalar o que diz o documento neste trecho:

“É necessário, além disso, acentuar a importância do diálogo no que se refere ao desenvolvimento integral, à justiça social e à libertação humana. É preciso lutar a favor dos direitos humanos, que proclamem as exigências da Justiça e denunciar as injustiças, mas não só quando são vítimas delas seus membros, (Igrejas, tradições religiosas), mas independentemente da crença religiosa das vítimas.”³⁵

Com toda essa perspectiva, fica claro, como o *Deus de Jesus* é assim defensor da comunicação, do diálogo, que vem através também de todo esse empenho em favor da Justiça e da Paz. Assim, o desejo de viver o *Evangelho do Amor e das Bem-Aventuranças* é horizonte que garante e sustenta o acerto do caminho comum e da valorização de cada passo em direção sempre mais de uma Cultura da Vida.

³⁵ *Id.*, *Ibid.*, n° 44, p. 36.

CAPÍTULO 3

O horizonte teológico do Islamismo na originalidade dos fundamentos centrais e a influência histórica: a possibilidade de um diálogo construtivo pela Paz e Justiça

O olhar atento sobre o Islamismo, seus fundamentos principais além de questões históricas, constitui assim um dos pontos altos da pesquisa então realizada. Buscando aprofundar um tanto mais sobre a fé islâmica também é fundamental ter como relevante alguns comentários de estudiosos analisando a coerência dos posicionamentos e das situações que vêm surgindo, sobretudo, num presente contexto como este, um tanto quanto confuso, bastante conflituoso e que requer mútua compreensão e entendimento.

A finalidade desse *capítulo*, assim como foi nos outros, principalmente no tópico seguinte, é a de pôr em evidência o valor da *Justiça* para o Islamismo e, portanto, *o conceito de um Deus Justiça*, uma vez que o *Deus da Paz e da Vida é um Deus, antes de tudo, Justo*. Muitos olhares, por vezes, ou na maioria, se dirigem para o Islamismo satanizando equivocadamente essa Religião, considerando, não raro, uma parte pelo todo, isto é, de um

grupo de radicais considera-se toda a Religião, os seus valores, os seus adeptos e os seus fundamentos.

É preciso conhecer melhor essa fé monoteísta. Pode realmente, de certo modo, dizer que a fé islâmica se codifica e se justifica no *Alcorão* – aquilo que deve ser lido – o *Livro Sagrado* por excelência. É dito que, tal como as outras Religiões, o Islamismo é um “contrato” com o Absoluto, que se identifica em Alá. Embora seja muito pouco divulgado esse lado é preciso dizer que é singularmente notável a tolerância de muitos muçulmanos em relação à crença dos outros. Ocorre que muitas são as leituras feitas acerca das reações muçulmanas como foi, no caso, com relação às charges da figura de Maomé. Tais reações realizadas, equilibradamente, sem violência – grupos que assim manifestaram – podem ser assim observadas como protestos adequados com relação a algo que faz parte da experiência sagrada de tal monoteísmo.

Equivocam-se os que olham uma fé tratando tudo como fundamentalismo sem uma análise mais apurada. Acontece que, dentro de um patamar mais histórico, para o Islã, por detrás das charges está a cultura moderna do Ocidente hoje globalizada. É tida como sem fé, imoral, exploradora, belicosa, arrogante e violadora de tratados da ordem mundial. Tudo isso vai formando uma hostilidade e universos opostos. Os atritos insolúveis também podem estar localizados no fato de que a cultura ocidental, muitas vezes, se julga universal e, por isso, digna de ser imposta a todo o mundo: um pretensão universalismo que se transforma em imperialismo.

No julgamento rápido feito pelo Ocidente por detrás das reações às charges está o radicalismo islâmico fundado no orgulho de sua cultura e no sentimento de superioridade por manter viva a fé pública em Deus. De tudo isso nascem confrontos que geram preconceitos mútuos que, ressuscitados no contexto globalizado podem suscitar uma incontrolável violência.

Vale considerar que para o Islamismo é inaceitável uma sociedade, de certa forma, sem uma dimensão institucional de fé. Nos países muçulmanos é comum o Estado reconhecer explicitamente a fé em Deus. Já a herança irrenunciável de Maomé é, por assim dizer, a proclamação pública de Deus e da irmandade de todos os seres humanos, valores tidos no Ocidente por pré-modernos. Por isso, conforme ocorreu, fazer caricaturas do profeta é pôr à irrisão esta fé que orienta a vida de milhões, daí a reação compreensível de muçulmanos do mundo inteiro.

A fé é central no Islã. Já o desrespeito ao sagrado põe à amostra a irrefreável decadência espiritual do Ocidente. No caso das charges grupos muçulmanos moderados lideraram protestos pacíficos. Ficou clara a manifestação, a discordância de uma importante parcela da população

islâmica, em relação aos violentos métodos de protesto usados pelos extremistas. Os muçulmanos se sentiram profundamente ofendidos pelas caricaturas, que não se trataram de liberdade de expressão, mas de insultos, segundo eles, que ultrapassaram o limite do ofensivo.

Uma visão bastante crítica e atenta do Islamismo é de fundamental importância. Cabe ver o que é realmente um ato religioso autêntico e o que faz parte de grupos fundamentalistas. Deve-se ver a Religião, seus fundamentos, o *conceito de Deus* na sua originalidade. Mas além de estudiosos muçulmanos, teólogos cristãos sabem enxergar as verdadeiras intenções do Islamismo, vendo assim uma aproximação para a construção de mais *Paz e Justiça* no mundo, pensando nas gerações futuras, porém, é claro, a partir do presente. Hans Küng, por exemplo, diz o seguinte: “*O muçulmano aprecia especialmente o sentido da ordem e da Justiça, e concede particular importância ao valor e à serenidade*”.³⁶ Em comentários anteriores, o próprio teólogo destaca: “*As sábias indicações do Corão sobre as realidades temporais cotidianas, sempre se exige um comportamento consciente e responsável sobre ele mesmo e sobre o meio ambiente.*”³⁷ Esses dados mostram que se embora tantas vezes partiram das três Religiões Monoteístas fanatismos, fundamentalismos ou de grupos que se consideraram pertencentes a estas, mas na sua autenticidade não devem assim ser considerados. Na verdade, dessas Religiões deve vir um despertar na consciência para o princípio da responsabilidade, o cuidado com a vida de modo geral e de modo especial com a vida humana. Milhões de pessoas estão em volta dessas três grandes Religiões e cabe a elas essa tarefa de conscientização. Trata-se de ter como critério central uma fundamentação racional e religiosa, para uma atitude ética comum e fundamental que pode servir de base para uma profunda concretização dos direitos humanos. Ou seja, uma ética vinculante para as grandes religiões.

A necessidade é essa: ter Religiões que pratiquem uma coexistência construtiva e uma cooperação pacificadora nos conflitos locais e regionais. Hans Küng considera o seguinte: “*La auténtica religión, orientada al único Absoluto (Dios) se distingue esencialmente de toda pseudoreligión que absolutiza e idolatra algo relativo.*”³⁸

Um dos relevantes posicionamentos da visão cristã em relação ao Islamismo, à Religião Muçulmana, pode ser extraído do documento “*Nostra Aetate*” do Concílio Vaticano II, que assim demarca:

³⁶ KÜNG, Hans. *Proyecto de una ética mundial ... op., cit.*, p. 14.

³⁷ *Id., Ibid.*, p. 80.

³⁸ *Id., Ibid.*, p. 76.

“Quanto aos muçulmanos, a Igreja igualmente os vê com carinho, porque adoram a um único Deus, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, Criador do Céu e da Terra, que falou aos homens. A seus ocultos decretos esforçam-se por se submeter de toda alma, como a Deus se submeteu a Abraão, a quem a crença muçulmana se refere com agrado. Não reconhecem Jesus como Deus; veneram-no, no entanto, como profeta. Valorizam a vida moral e honram a Deus, sobretudo, pela oração, esmola e jejum.”³⁹

De fato, observando os textos sagrados do Islã na sua originalidade é possível constatar os estímulos para a *Paz, para a Justiça e Reconciliação* que vem a partir da própria noção de Deus tal como está contida no *Corão* e que mais a frente tornará mais esclarecida. Vale dizer que o *Corão* é o tesouro revelado do Islã, a sagrada Escritura cuja preservação e autenticidade é a razão de ser da existência de todo muçulmano.

3.1. A Concepção de Deus da Paz e da Justiça no Islã: do Credo para a conduta, por uma Cultura pacífica e mais justa

A princípio, embora tenha sido aludido alhures, convém frisar que o Islã também define sua legitimidade em relação aos dois monoteísmos precedentes. Desenvolve a crença num livro único – O Alcorão – ou Corão, revelado a Maomé por mediação do anjo Gabriel e que devolve a pureza às mensagens anteriores. Maomé, segundo os muçulmanos, desta forma, é tido como o último profeta enviado por Deus para restabelecer o verdadeiro monoteísmo.

De um modo geral as três grandes Religiões Monoteístas reveladas (*Judaísmo – Cristianismo e Islamismo*) surgidas de uma raiz comum, tendem, muitas vezes, ao exclusivismo e a intolerância e advogam para uma validade definitiva. Numa análise mais apurada também o *conceito de Deus*, segundo revelam os fundamentos próprios de cada uma dessas Religiões, é assim de um Deus enquanto Justiça e Paz, que é Vida. A grande questão, contudo, é que quando se fala de intolerância e violência logo se pensa no Islã; como então extrair o *conceito de Deus da Vida* do seu núcleo e considerar que se trata de um monoteísmo que se põe a favor da Vida? Existem muitas incoerências, contradições e desvios no seio das Religiões e com o Islamismo não é diferente. Mas a verdade é que uma religiosidade autêntica atesta que *os que são íntimos*

³⁹ Declaração “*Nostra Aetate*”. In.: *Compêndio do Vaticano II ... op., cit.*, nº 3, p. 621.

do Divino, de fato, só devem ter força e poder para fazer triunfar o bem e o amor. Se a religião não leva a construir relações de amor então não é religião. Há muitas distorções. Mas os fundamentos estão direcionados para a vida e quer favorecer o bom exercício de uma religiosidade sadia e equilibrada que contribua com a vida humana.

Assim sendo, quando se propõe uma hermenêutica, uma análise profunda dos textos sagrados, das Escrituras, trazendo-as para o contexto presente torna-se possível encontrar os fundamentos centrais satisfatórios à defesa da vida. Aí então convém dizer que quando o texto sagrado muçulmano é interpretado fora do seu contexto ou de uma forma literal, pode, conjugado a outros fatores externos levar à violência e intolerância. O fundamentalismo mesmo está direcionado para o Islã político e radical. Não é dado intrínseco ao Islã, como tantas vezes aparece na mídia. Em todas as situações para qualquer religião e aqui esclarecendo ainda mais em relação ao Islã, convém dizer que a violência terrorista é contrária à fé em Deus, Criador do homem, em Deus que cuida e ama o homem. Fanatismos, fundamentalismos, terrorismos, não combinam com Deus e não vêm de Deus.

Sendo assim, a teóloga Vitória Peres de Oliveira explica que:

“Os Estados islâmicos, principalmente no Oriente Médio, por terem dificuldade em obter legitimidade política, já que o poder emana de Deus e só por ele é legitimado, terminam se tornando Estados totalitários e monarquias que oprimem seus povos.”⁴⁰

O Islã já traz em sua história, é bem verdade, algumas defesas em relação à sua religiosidade. Por várias vezes os muçulmanos lutaram em defesa e ataque para preservar seu território até que, em 630 d.C., Maomé conquistou *Meca*, purificou sua *Kaaba* e instaurou em sua cidade o Islã. Em defesa o Islã, por tantas vezes, se impôs e se impõe. Esse dado externo merece uma análise aprofundada. O Islã também é riquíssimo no que diz respeito à experiência religiosa interior, e conta em sua tradição com místicos ardentes. *É um caminho de união com Deus muito profundo.* Os textos sagrados do Islamismo conforme for o entendimento pode levar a atitudes estranhas; se compreendido de forma mais adequada, entram na perspectiva pacifista. *A meta do Islã é a superação de toda a guerra.*

Em um dos trechos do seu artigo, “*Crer depois do 11 de setembro de 2001 – atualidade da violência nas três Religiões Monoteístas*”, Maria Clara Bingemer, postula:

“Os muçulmanos são chamados a superar todo fanatismo e imposição social e familiar, não para converter-se em ocidentais ou escravos do sistema neoliberal, mas para criar, desde suas mais autênticas raízes, espaços abertos de comunicação a partir de sua experiência imediata.”⁴¹

O Islã é uma vinculação social sagrada. Contrariamente, parece-nos que o Islã pode oferecer e oferecerá uma experiência intensa de submissão mística a Deus, de fé pura, superando as formas atuais de posição política violenta.

Na base de entendimento do Islamismo está a questão de que o Califa deve ser justo e assegurar a justiça social partindo da *Shari’a*, a *Lei Divina*. Como as leis são entendidas enquanto leis divinas e não fruto de elaboração humana, não são sujeitas a mudanças. A *Shari’a* deu um senso de sacralidade à vida do muçulmano. A teóloga Vitória Peres, nos seus estudos, sobre o Islã, explica que:

“As cinco orações diárias, e jejum anual, a peregrinação, as normas de alimentação, a repetição de palavras sagradas e gestos, tudo isto cria um senso de sacralidade que envolve a vida do crente.”⁴²

Existe dentro da tradição muçulmana a idéia de que a palavra de Alá é insondável e se presta a uma infinidade de leituras, de atributos. De acordo com Vitória Peres o diálogo interno com Deus é interpretado como um chamado para a formação da comunidade humana. Por isso, a prioridade deve ser aquilo que beneficia a comunidade, não a interpretação pessoal de cada um. Ou seja, é possível o diálogo com o mundo moderno ocidental sem deixar de lado a

⁴⁰ OLIVEIRA, Vitória Peres. *Islã: Violência, Intolerância e outros desafios (art.)*. In.: SANTOS, Lyndon de A; PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Religião e Violência em tempos de globalização*. São Paulo, Paulinas, 2004, p. 260.

⁴¹ BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Crer depois de 11 de setembro de 2001 – atualidade da violência ... op., cit.*, p. 119.

⁴² OLIVEIRA, Vitória Peres de. *Islã: violência, intolerância e outros ..., op., cit.*, p. 263.

tradição islâmica. A estudiosa do Islã e teóloga apresenta um seguinte posicionamento bastante próprio:

“Defendo que o Islã pode ser usado para levar ao fanatismo, à intolerância e à guerra, assim como tantas outras religiões. Isto é bem diferente de dizer que o Islã leva à intolerância e ao fanatismo.”⁴³

É interessante mencionar a raiz árabe da palavra Islã, que quer dizer *submissão*, submissão à vontade de Deus; também significa *Paz*. Quem se submete à vontade de Deus tem Paz, faz a Paz. Torna-se, todavia, importante esclarecer o que é tão polêmico no Islã, como estes pontos: a guerra santa ou *Jihad*, e a idéia de tolerância e intolerância com as demais Religiões. *No centro dos valores do Islamismo está a busca não por uma paz precária e sim profunda*. Tem-se presente que se a Religião deve ser parte integral da vida deve tentar estabelecer a *Paz* no sentido mais profundo.

Conforme os estudos revelam, Maomé era um reformador, pregava a crença num Deus Único e a justiça social. Ele não pretendia fundar uma nova religião, mas simplesmente acenava que a sua mensagem retomava a religião fundamental de Abraão, com sua crença num Deus Único. A relação do muçulmano com o texto sagrado é muito íntima. Assim, sua conduta, seu comportamento, está baseado no Credo. Portanto, do Credo para a conduta, esse é o movimento da fé monoteísta islâmica e quando bem vivenciado e compreendido conduz, com base no Deus que quer a Vida e a Paz advinda da Justiça, à construção de relações mais justas e pacíficas. O problema é quando se tem uma visão errônea dos trechos do Corão, analisando-os fora do seu contexto histórico, aí se tem uma visão também injusta do próprio Islã.

Por exemplo, assim esclarece Vitória Peres:

“A *Jihad* é normalmente traduzida como guerra santa, mas, segundo as fontes muçulmanas, quer dizer, literalmente, *esforço*. Mais especificamente, refere-se a uma frase do Corão: ‘Esforçar-se no caminho de Deus’. Há a grande Jihad e a pequena Jihad. Conta-se que o profeta Maomé, uma vez retornando de uma guerra, disse que essa era a pequena Jihad e que a grande Jihad era a batalha interna que se trava ao

⁴³ *Id., Ibid.*, p. 265.

combater nossas paixões e defeitos, submetendo nossa natureza interior. Jihad maior é o combate maior e é a que, segundo interpretação, representa a verdadeira guerra santa.”⁴⁴

O conceito de guerra de autodefesa é, portanto, segundo eles, justificável dentro do Islã. A *Jihad* quando mal compreendida leva à violência. As imposições da fé é que levam a um projeto baseado no terror e é aí que se torna perigosa. Essa é a versão da *Jihad* que aparece na mídia e que assusta a todos. Segundo as fontes muçulmanas os grupos terroristas são grupos minoritários, mas é a força de duas ações que leva a ter essa repercussão no cenário internacional.

Muitos muçulmanos atribuem o terrorismo a causas políticas e econômicas, que se escondem atrás de uma roupagem religiosa, como forma de justificar e mobilizar seus seguidores. É importante ter presente que os terroristas que dizem muçulmanos são infiéis ao verdadeiro Islã e não representam a totalidade do Islã. O perigo é cair no erro de satanizar os fiéis que seguem na autenticidade tal Religião, ainda mais quando então se fala da Religião na sua totalidade. É preciso muita cautela, prudência ao fazer juízos de valor sobre certos acontecimentos e atitudes sem apurar melhor os fatos que também partem do universo religioso. É preciso desfazer a tendência humana de repetir erros já cometidos.

Afirma Vitória Peres que grande parte dos muçulmanos não aceita essa Jihad contra o Ocidente, com o intuito de expandir e estabelecer a *Shari'a*, o código muçulmano de comportamento, conduta. A grande questão em engajar-se numa luta generosa por uma sociedade justa e decente. São pilares do Islã a luta pelos oprimidos e o desejo de justiça. Com isso, Vitória Peres chega ao seguinte pensamento:

“Portanto, como se vê, o terrorismo e a violência não são parte intrínseca da Religião Muçulmana, mas acontecem dentro de contextos econômicos, políticos e culturais que podem ser devidamente investigados. Fazer parte de um processo histórico de um grupo humano e não podem ser atrelados e entendidos como intrínsecos à Religião Muçulmana ...”⁴⁵

⁴⁴ *Id., Ibid.*, p. 268.

Através de um trabalho empenhativo Vitória Peres chega então a considerar o seguinte:

“No meu entender, as grandes questões do Islã não são a violência ou a intolerância. Estas são efeitos colaterais, específicos e situados. As grandes questões estão em torno da lei, do Estado e do processo de legitimação dos seus governantes. O Islã é uma das três grandes religiões do mundo e como tal tem sido capaz de oferecer sentido a seus fiéis. Suas diversas manifestações, dificuldades e conflitos.”⁴⁶

Para a consolidação do próprio Islamismo ocorre que se tem presente algumas implicações, tal como atesta o livro “Islã: O Credo é a conduta” e uma delas é:

“Em relação ao estabelecimento da regra da religião, que é a efetivação de todos valores éticos e sociais do Islã, tais como Justiça, Piedade, Coragem, Auto-sacrifício, Amor, Doação a Deus, Sinceridade, Pureza de alma, etc..”⁴⁷

Considerando toda essa exposição fica claro que é preciso olhar para os vários aspectos do Islã e para os seus diferentes seguidores e ouvir sua multiplicidade de vozes. O *Islã*, como toda Religião, se expressa de diferentes modos. Assim como nas demais Religiões, há no Islã, uma mensagem de Paz, mensagem esta no sentido sugerido pelo Corão, segundo o fundamento corânico, quando há assim uma completa entrega e “submissão a Deus” pelo fiel, isto é, respeito ao Deus da Vida. E a *Justiça* é um valor divino e humano a ser conquistado incessantemente.

⁴⁵ *Id., Ibid.*, p. 273.

⁴⁶ *Id., Ibid.*, p. 275.

CAPÍTULO 4

A construção conjunta de um percurso ético-educativo necessário: um diálogo pela Paz e Justiça, por mais vida e humanização

Uma atitude mais aproximativa, pois, entre as Religiões, consolidando um vínculo pelo diálogo em prol da Paz, a começar pela concretização do *viés da Justiça* no mundo, abrangendo todo o universo social humano e, inclusive, o campo religioso, requer um processo de aprendizado nessa direção. Por isso, a vida cotidiana de todo ser humano e, sobretudo, dos adeptos e fiéis das grandes *Religiões Monoteístas* tem que estar voltada para esse exercício de convivência pacífica e justa capaz de transmitir a vida superando assim os conflitos que possam existir, sendo transformados em humanização.

⁴⁷ BARTHOLO JR, Roberto S; CAMPOS, Arminda Eugenia (org s.). *Islã: o Credo é a conduta*. Rio de Janeiro, Ed.

Conviver não é sublimar o diferente, ignorar ou anular as diferenças, as divergências, mas para isso existe o diálogo e o entendimento, característica inerente à natureza humana. Todo procedimento exige um caminhar. A tarefa não é simples. O diálogo será fomentado pela busca pertinente e persistente da Paz e Justiça a partir de um projeto solidário e ético, de um itinerário a ser percorrido, mas que precisa começar urgentemente, sendo disseminado e refletido em todos os povos, culturas e religiões. E às Religiões Monoteístas fica conferido o encargo de um testemunho maior para a família humana por mais vida e humanização. A humanidade vem constatando a urgência de mais *Paz e Justiça*, e esta busca tal como deve ser, incessante, tal conquista, vai estimular o diálogo entre as Religiões que, por sua vez, unidas, baseando no conceito de *Deus da Paz que é o Deus da Justiça*, portanto, o Deus da Vida, conforme é revelado nos textos sagrados, podem assim se aproximar e selar no mundo um verdadeiro testemunho de vida.

Desse modo, *educar* continua sendo a palavra expressamente válida e mais adequada para tornar o diálogo humano-religioso mais acessível, construtivo, eficaz, possível, autêntico e verdadeiro. Com esse caminho a ser percorrido, com a partilha de compreensões, poderá sim acontecer, sobretudo, no nível religioso. E este percurso precisa ser ensinado, exercitado, colocado em atividade; tornando hábito basta pautar-se nessa direção, nesse norte. A educação para uma atitude mais justa e pacífica pode começar desde cedo, na mais tenra idade e os frutos irão ocorrer, pois, quando as consciências humanas serão sensibilizadas para essa necessidade e virtude humana mundial, que precisa ser colocada em ação. Agindo assim as tradições religiosas estarão comunicando Deus à humanidade.

O que é construção, é processo, é educação, e o reflexo dessa ação pode repercutir não necessariamente a longo prazo, mas em tempo oportuno e, porque não dizer, num breve tempo, se assim acontece uma aplicação real para efetivar atos de justiça e de paz. O contrário de toda essa realidade, como já foi dito alhures, só gera violências de todo tipo, incluindo, a religiosa, e, conseqüentemente, a desumanização. Assim sendo, as Religiões motivadas pelos seus líderes têm que estar sedentas, na busca constante dessa conquista, isto é, da vontade de justiça, pois dessa vem a paz, torna-se possível o diálogo fundamentado na *Concepção de Deus* e nos gestos concretos de vida. Essa deve ser a contribuição dos monoteísmos perante o mundo, num grito profético pela vida, sempre e em qualquer circunstância, desfazendo assim barreiras de

isolamento, fronteiras que imobilizam uma ação conjunta e construindo caminhos que se encontram e levam à paz e à justiça. Juntas, comprometidas com as devidas perspectivas, as Religiões Monoteístas conseguirão dar um novo significado aos esforços humanos. Em outras palavras, esse é o projeto ético comum mundial que Hans Küng já dizia.

O diálogo é um percurso ético necessário e o trabalho das Religiões deverá acontecer nesse sentido de com o exemplo do diálogo ensinar ao mundo tal atitude ou atividade, *educando* para a Justiça. Por isso, o método educativo para a Justiça, deve ser de tal maneira que ensine os homens a levarem uma vida que atenda à realidade global da mesma e seja pautada segundo os princípios religiosos fundamentais da *Concepção de Deus* enquanto Amor, Vida, Justiça e Paz, Diálogo e Solidariedade. O mundo precisa de uma renovação, de um modo verdadeiro e totalmente humano de viver, na Justiça. O documento do Sínodo dos Bispos, já citado em outro momento, cujo tema é sobre a “Justiça no Mundo”, afirma:

“O objetivo principal desta educação para a justiça no mundo consiste no esforço em despertar a consciência, para que saiba reconhecer a situação concreta e no convite para alcançar uma melhoria total, iniciando-se, então, a transformação do mundo.

Este tipo de educação, dado que torna todos mais integralmente humanos, ajudará os homens para o futuro, a fim de não permanecerem objeto de manipulação, nem por parte dos meios de comunicação social, nem por parte das falsas políticas; ao contrário, fará com que eles se tornem capazes de conduzir os próprios destinos e de construir comunidades verdadeiramente humanas.”⁴⁸

O documento ainda complementa notavelmente com estas palavras estando bastante condizente com temática abordada:

“Esta educação, com razão é chamada permanente; isto é, abrange todos os homens e todas as idades. Além disto, tal educação é também prática, porque é feita pela ação e pela participação, bem como pelo contacto vital com as mesmas situações de injustiça.

A *educação para a justiça* faz-se, em primeiro lugar, no seio da família. O conteúdo de tal educação engloba, necessariamente, o

respeito pela pessoa e pela sua dignidade e porque aqui estamos tratando da justiça no mundo, importa afirmar-se, antes de mais nada, decididamente, a unidade da família humana, na qual, por disposição divina, o homem nasce. Sinal desta solidariedade (entre as pessoas, entre as religiões) será o fato de que todos os homens estão destinados a participar na natureza divina, em Cristo.”⁴⁹

Tal missão exige o denunciar das injustiças com ânimo resolutivo, com prudência e firmeza, num diálogo sincero com todas as partes interessadas. Daí advém a consciência de que tais procedimentos poderão obter assentimento, quando forem expressão de vida e manifestar uma continuidade de tal ação.

Deste modo, um dos pressupostos do *diálogo inter-religioso*, que favorece a *Paz e a Justiça* no mundo, sem dúvida, coincide assim com a educação do homem para a humanização e para a paz como um compromisso realmente de ação. A humanidade, dessa maneira, constitui a base de uma ética comum entre as grandes Religiões. Essa é a realidade ética universal a ser convocada contra as forças autodestrutivas do mundo. A *afirmação do humano* na sua diferença e singularidade. O *Deus da Vida é Amor e Libertação*, portanto, não é opressão. Diante de tudo isso que é preciso realizar fica, às Religiões, a função de uma autocritica sobre o seu comportamento no mundo, também isto como pressuposto para o diálogo inter-religioso. Convém insistir e dizer que o humano tem a sua última raiz no absoluto, na suprema e última raiz do conteúdo religioso.

Não há outro caminho na tentativa de cessar as guerras, a violência, as injustiças, a não ser pelo diálogo entre os povos, culturas, nações e religiões. Essa conquista necessita de um processo educativo autêntico por um caminho que busca a Justiça e a Paz. Hans Küng, olhando e analisando a realidade

conflituosa existente no Oriente Médio, entre árabes e israelitas, entre nações, entre judeus e muçulmanos, se posiciona desta forma:

⁴⁸ SÍNODO DOS BISPOS. *A Justiça no Mundo ... op., cit.*, p. 26.

⁴⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 26-27.

“Estoy plenamente seguro de que el Estado de Israel e la ciudad de Jerusalén sólo podran conseguir paz e la seguridad mediante el diálogo religioso y político entre judíos y muçulmanos, entre israelitas e palestinos, y no a través de una sexta o séptima guerra.”⁵⁰

Nesse caso, o que se vê é que violência desperta mais violência; guerras conduzem a guerras; o esforço para o diálogo é a alternativa. Assim o caminho se torna progressivo e crescente. Em meio a esses conflitos as Religiões precisam superar toda manifestação antiquada, opressora, violenta ou contrária a uma verdadeira vivência religiosa. Aqui o percurso educativo é o aprender. O lugar do encontro com Deus tem que ser conquistado no convívio mesmo das relações humanas, no mundo.

Nota-se no contexto presente uma realidade que já vem perdurando há anos. Paz é muito mais que ausência de guerras e isso é verdade; é construção de relações mais humanas, mais justas, algo que é conquistado constantemente, é duradoura, que contagia e sensibiliza as pessoas para o respeito contínuo com o Outro, para a convivência com a alteridade.

Com isso, a delicada situação internacional põe em destaque, com vigor renovado, a urgência da solução do conflito árabe-israelita, que perdura há de mais de cinquenta anos, oscilando em fases mais ou menos agudas. O contínuo recurso a atos de terrorismo ou de guerra, que agravam a situação de todos e ensombram as perspectivas, deve dar finalmente lugar a uma negociação definitiva.

Neste grande esforço para uma construção conjunta da Paz e da Justiça, da Cultura da Vida, os líderes religiosos têm uma responsabilidade específica. As grandes Religiões da humanidade devem colaborar entre si para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa e incentivando uma maior consciência da unidade do gênero humano. Trata-se de um campo concreto do diálogo e da colaboração inter-religiosa, colocando as Religiões a serviço da Paz entre os povos.

De modo particular, os líderes religiosos, judeus, cristãos e muçulmanos, devem tomar a iniciativa da pública condenação do terrorismo, recusando toda forma de legitimação religiosa ou moral a quem dele participa. Tudo isso é pressuposto necessário para a edificação de uma sociedade internacional capaz de procurar a tranqüilidade da ordem na Justiça e na Liberdade.

⁵⁰ KÜNG, Hans. *Proyecto de una ética mundial ...*, op., cit., p. 96.

Um compromisso nesta linha por parte das Religiões não deixará de conduzir à *estrada do perdão*, que leva à reconciliação, à recíproca compreensão, ao respeito e à confiança. O serviço que as Religiões Monoteístas podem prestar em prol da Paz, da Justiça e de um empenho contra o terrorismo consiste precisamente na *Pedagogia do Perdão*, porque leva ao Diálogo, com iniciativas de debate e compreensão, à concórdia, ao entendimento, tudo isso como um conjunto que faz parte de um percurso ético-educativo necessário, ético e comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os riscos que a humanidade vive na época presente é dever de todos os humanos e, principalmente, dos adeptos das *Religiões Monoteístas*, dos que assim se apresentam como íntimos de Deus – judeus, cristãos e muçulmanos – formarem uma corrente de diálogo, em todas as partes do mundo, e dar um testemunho de vida, anunciar e concretizar, de fato, a mensagem de *Justiça e Paz*, tão própria da vida humana e também contida nos escritos sagrados.

Deus é Amor e Vida, um *Deus da Paz que é Deus da Justiça*, Pai amoroso que deseja ver os seus filhos reconhecerem-se mutuamente como irmãos, procurando responsabilmente pôr os seus vários talentos e atitudes a serviço do bem comum da família humana. O ponto alto de encontro das Religiões Monoteístas, fundamento assim para se colocarem a serviço do bem para a humanidade, está, pois, como se viu, no *conceito de Deus* enquanto Amor, Paz, Justiça, Vida, tal como atestam os escritos sagrados das tradições religiosas monoteístas estudadas.

Não são apenas as ações terroristas de alguns grupos que assim se identificam, mas também tantas ações injustas, egoístas, provenientes de líderes políticos, das nações, ameaçam a vida humana, de tantas pessoas. Hoje em dia, a Justiça assim como a verdade da Paz continua a ser comprometida e negada, de maneira dramática por esses acontecimentos que vêm sendo presenciados. E é frente a esta realidade tão problemática que as Religiões precisam dar a sua posição, sua postura em favor do bem, da *Justiça, da Vida*. E para tal é importante que estejam unidas na concretização dessa causa por meio do *Diálogo Inter-religioso*.

Da *Justiça vem a Paz* e essa busca é compromisso de todo ser humano e, sobretudo, de judeus, cristãos e muçulmanos, pois o Deus ao qual dirigem suas mentes, corações, e assim, as orações, é um *Deus da Vida*. Daí que os líderes religiosos, o povo de Deus, adeptos das três

grandes Religiões Monoteístas, devem ser agentes da *Paz e da Justiça*. Paz que é um dom primariamente de Deus e que se há de buscar incessantemente. A humanidade – os monoteísmos em especial – necessita assim crescer no apreço por esse bem fundamental e comprometer-se na consolidação da sua presença no mundo, para assegurar um presente pacífico e justo, para entregar um futuro mais sereno e seguro às gerações que hão de vir.

Com razões diversas, muitos fatos se explicam, se revestem de uma roupagem religiosa, e conforme os resultados, muitos sofrem com as conseqüências da violência, da falta de respeito e com os conflitos armados que destroem a vida humana, ignorando assim a dignidade humana. Terrorismos, não apenas de grupos radicais, mas certas atitudes constantes, como foi mencionado e que merece enfatizar, de líderes políticos das nações que agridem à vida humana e que podem também ser tidos como terroristas, com as suas ameaças e ações criminosas, são capazes de pôr o mundo em estado de ansiedade e insegurança.

O mundo conta, portanto, assim com o necessário diálogo entre as Religiões e a *Concepção de Deus* que estas trazem em seus escritos sagrados constitui, portanto, a base sólida para desenvolver e fazer frutificar a *Paz e a Justiça*. Muitos atritos e conflitos surgem da falta de respeito, e, muitas vezes, infelizmente partem das Religiões, isto é, do universo religioso, assim como de uma cultura, de um povo, de um grupo humano. Em decorrência disso vêm os preconceitos, as hostilidades, que dificultam a Paz e a Justiça. A Justiça não pode deixar de acontecer no seio das Religiões, pois desta se constrói a Paz conjunta, e o Diálogo acontece. A pacificação significa estabelecer relações de comunhão, de amor aos outros. Paz que é um dever, que não é passividade. Paz que é ordem justa e dinâmica construída assim continuamente. Paz que está radicada na Justiça. É num clima de Paz concreta, construtiva e duradoura que ergue uma Cultura da Vida. “Ser pacífico” significa realizar, de maneira operativa, esse patrimônio da Paz. Ser operador, agente da Paz. Tal Paz progride a Justiça e respira a dignidade e o respeito. Uma Paz que se comunica, que comunica a vida, esta é a Paz que precisa ser manifestada, proveniente da Justiça.

Mas o sentido concreto da Paz acontece vinculado à Justiça, porque requer a *Justiça*. Justiça essa desejada por Deus, fundamentada na Revelação, que é tão intrínseca à mensagem evangélica e se faz presente nos fundamentos também do Judaísmo e do Islamismo. Uma fé, pois, que leva à prática da Justiça é autêntica. Fé e Justiça se correlacionam. Promover a Justiça em prol do outro, é amar o outro, é humanizar-se e humanizar a humanidade. É não defraldar o direito do próximo.

Ao tratar do *viés da Justiça*, como foi esclarecido, diz respeito a esse compromisso justo que leva à dignidade da vivência humana em todos os níveis. E quanto mais Justiça, maior florescimento de uma Paz construída ativamente. Por isso, essa perspectiva tanto deve atingi-las como deve partir das Religiões, isto é, tal conscientização da capacidade de exercer tal responsabilidade através de uma ação pela conquista da Justiça.

Diante disso, que futuro têm hoje as Religiões e qual é o papel que devem desempenhar na condução da humanidade para a convivência, para o conviver? A resposta foi esclarecida assim no conjunto da reflexão realizada. Certamente, a unidade obtida entre as Religiões desponta como um importante exemplo e estímulo para todos em prol da conquista da Justiça e da Paz e, por conseguinte, de mais vida e humanização. Esta contribuição com a comunidade humana tem que ser bastante concreta, beneficiando, desse modo, o diálogo e a ética mundial. Assim sendo, a todos de forma geral, mas às Religiões em especial, fica o veemente convite de um empenho assíduo por uma nova era de mútuo respeito e colaboração construtiva.

Fica esclarecido que uma *Religião* só é verdadeira e boa realmente na medida em que serve à humanidade, apoiada nos seus costumes, mas possibilitando ao homem uma existência rica de sentido. O diálogo fomentado pela conquista da *Justiça e da Paz* servirá de base para a aproximação entre as Religiões como para servir à humanidade. Isto porque, de fato, uma Religião boa e verdadeira é a que é humana e não oprime ou destrói a humanidade. É composta de seres humanos. Desperta assim num adepto, no ser humano, a consciência de que é preciso aumentar as chances de mais vida no mundo, porque há sempre luz no coração do homem que acredita na força da vida.

Dessa maneira, é urgente empenhar no cultivo de uma *Teologia da Justiça e da Paz* entre judeus, cristãos e muçulmanos; não apenas para evitar todas as guerras frias, mas também para acabar com toda classe de funesta autojustificação, intolerância e competitividade desumana. Para isso, conteúdos inter-religiosos precisam servir a uma educação prática direcionada para a Paz e para a Justiça, sendo assim fundamentais nesse sentido.

Mediante todo um cenário presente e as respectivas necessidades do contexto internacional atual, torna-se preciso estar convencido de que para favorecer a construção da Paz e a compreensão entre os povos, entre os seres humanos, é necessário e urgente que as Religiões Monoteístas e os seus símbolos sejam respeitados, assim como cada pessoa humana na sua integralidade; que os fiéis não se tornem objeto de provocações, ferindo o seu progresso e os seus sentimentos religiosos. Toda e qualquer atitude humana não pode violar ou ultrapassar

as fronteiras do respeito ao Outro. A base primordial para o diálogo no mundo, entre as Religiões de modo particular, é o respeito à alteridade, à Vida. Contra a violência, injustiça, falsas seguranças, urge descobrir e valorizar as pessoas na sua integralidade.

Dessa forma, a intolerância e a violência jamais são justificáveis mesmo em caso de resposta às ofensivas, porque não constituem respostas compatíveis com os princípios sagrados da Religião que traz no seu cerne ou núcleo a noção do *Deus da Vida*, que comunica a Vida, a Paz, a Justiça, e o Amor. Eis porque não se pode deplorar as ações daqueles que se aproveitam deliberadamente da ofensa causada em algum âmbito para fomentar gestos de violência. Os líderes, os adeptos das Religiões precisam ser protagonistas da Paz, promotores da Justiça.

Sendo assim, todos os gestos ou focos de violência devem ser eliminados, ainda mais se são produzidos em vista de finalidades alheias à Religião. Para os que têm uma religiosidade, assim como para todos os homens de boa vontade, o único caminho que pode conduzir à Paz e Fraternidade, Justiça, é o do respeito pelas convicções e pelas práticas religiosas dos outros, a fim de que, de maneira recíproca, em todas as sociedades, seja realmente assegurado a cada um o exercício da Religião livremente escolhida e que as Religiões Monoteístas estejam unidas no compromisso com a Vida, com a Paz e a Justiça, para a família humana, considerando o conceito de Deus como o grande que contribuirá na consolidação do Diálogo entre as mesmas, no mundo.

